



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Paulo Pimenta) - Senhoras e senhores, declaro iniciada a 1ª Reunião Conjunta de Audiência Pública de 2012, com a participação das seguintes Comissões: da Câmara dos Deputados, Comissão de Finanças e Tributação; Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio e Comissão de Fiscalização Financeira e Controle; do Senado Federal, Comissão de Assuntos Econômicos e Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, e do Congresso Nacional, Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. Portanto, temos a presença, prezado Presidente, de seis Comissões da Câmara, do Senado e do Congresso Federal.

O tema a ser debatido será a avaliação do cumprimento dos objetivos e metas da política monetária, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados nos balanços do Banco Central do Brasil referentes ao primeiro e ao segundo semestres do exercício de 2011, em atendimento ao estabelecido no § 5º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal.

Nosso convidado já está presente, compondo a Mesa dos trabalhos, Dr. Alexandre Antonio Tombini, Presidente do Banco Central do Brasil. Anuncio também a presença de autoridades do Banco Central: Diretor de Administração, Sr. Altamir Lopes; Diretor de Fiscalização, Sr. Anthero de Moraes Meirelles; Diretor de Políticas Econômicas, Sr. Carlos Hamilton Vasconcelos Araújo.

Convido os Srs. Presidentes ou representantes das Comissões para comporem a Mesa dos trabalhos. Vamos usar também a primeira fileira como apoio à mesa.

Já está conosco o ilustre Presidente da Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle, do Senado Federal, Senador Rodrigo Rollemberg.

Convoco também a ocupar local de destaque junto à mesa dos trabalhos o ilustre Senador Delcídio do Amaral, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, do Senado Federal; o Deputado Edmar Arruda, Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, da Câmara dos Deputados; o Deputado Márcio Reinaldo Moreira, Presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, da Câmara dos Deputados; o Deputado Antônio



Andrade, Presidente da Comissão de Finanças e Tributação, da Câmara dos Deputados. Naturalmente estamos fazendo um esforço para acomodar todas as Comissões e seus Presidentes junto à mesa de trabalhos.

De acordo com o estabelecido no art. 398, incisos IX e X, do Regimento Interno do Senado Federal, o ilustre palestrante disporá de 30 minutos para fazer a sua exposição, só podendo ser aparteado desde que o permita. Conforme estipulado no art. 398, inciso X, do Regimento Interno do Senado Federal, os Srs. Parlamentares inscritos para interpelar o expositor poderão fazê-lo estritamente sobre os assuntos da exposição, pelo prazo de 5 minutos, tendo o interpelado igual tempo para responder, facultadas as réplicas e as trélicas pelo prazo de 2 minutos.

Informo que já está aberta a inscrição para o debate junto à mesa da Secretaria da Comissão. Naturalmente, os senhores autores de requerimento nas Comissões serão também convidados a fazer os seus questionamentos.

Sem mais questões, nós vamos passar de imediato a palavra ao Presidente do Banco Central do Brasil, Dr. Alexandre Antonio Tombini, dando-lhe as boas-vindas da nossa Casa, falando da nossa satisfação em recebê-lo, bem como vários diretores e assessores do Banco Central, o que para nós é uma demonstração de prestígio e reconhecimento do Banco Central ao trabalho que vem sendo exercido pela Câmara, pelo Senado, pelo Congresso Nacional e pelas suas respectivas Comissões.

A palavra está à disposição do Presidente do Banco Central para sua exposição inicial.

**O SR. MINISTRO ALEXANDRE ANTONIO TOMBINI** - Muito obrigado. Exmo. Deputado Paulo Pimenta, Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional; Exmo. Senador Delcídio do Amaral, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos; Exmo. Senador Rodrigo Rollemberg, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; Exmo. Deputado Federal Antônio Andrade, Presidente da Comissão de Finanças e Tributação; Exmo. Deputado Márcio Reinaldo Moreira, Presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio; Exmo. Deputado Edmar Arruda, Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle; Exmos. Senadores e Senadoras, Deputados e Deputadas, senhoras e



senhores, estou hoje aqui na condição de Presidente do Banco Central do Brasil para, em atendimento ao estabelecido no § 5º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a Lei de Responsabilidade Fiscal, discorrer sobre o cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, sobre o impacto e o custo fiscal das operações e os resultados demonstrados nos balanços do Banco Central do Brasil no exercício de 2011.

O roteiro que eu vou seguir nesta breve apresentação tem, entre os seus itens, inicialmente, as demonstrações financeiras do Banco Central. Passo em seguida a uma visão de mais longo prazo e mais estrutural da economia brasileira, tratando da solidez da nossa economia. Falo um pouco sobre a agenda de reformas e investimentos do País. Vou também discorrer sobre a nossa visão em relação ao cenário internacional corrente e prospectivo. Falarei, mais ao final da apresentação, sobre aspectos mais conjunturais da economia brasileira, sobre os quais o Banco Central tem mais influência. Falarei de atividade econômica e inflação. Encerrarei minha apresentação tratando da questão do Sistema Financeiro Nacional e do crédito na economia brasileira.

Já indo para uma espécie de resumo da apresentação, gostaria de dizer algumas coisas. Primeiro, nós, no Brasil, apresentamos sólidos fundamentos macroeconômicos. Além da nossa estrutura macro de política monetária, fiscal e cambial, temos também, ao longo dos anos, constituído colchões importantes que ajudam a assegurar tranquilidade para a economia brasileira, mesmo em tempos mais difíceis, como os que vivemos nos dias de hoje.

Falo também da agenda de investimentos do Governo, a agenda de reformas. Há algumas reformas importantes sendo conduzidas e outras já concluídas recentemente. Os investimentos em infraestrutura também. Tudo isso relacionado à necessidade de elevar a produtividade e a competitividade da nossa economia.

Em relação ao cenário, o nosso resumo da situação hoje é de que continua apresentando volatilidade nos mercados financeiros internacionais, e também tem sido caracterizado não só por uma perspectiva corrente, mas também por uma perspectiva de baixo crescimento para os próximos anos da economia global. O ritmo de atividade da economia brasileira, na visão do Banco Central, irá se acelerar ao longo do ano de 2012, sustentado pela demanda interna, por medidas que vêm



sendo tomadas no campo monetário e financeiro, e outras de políticas públicas. Essas medidas visam a restabelecer taxas de crescimento mais elevadas para a economia do País.

Por último, e não derradeiro, a questão da inflação. Em nossa visão, o processo inflacionário no Brasil continua em uma trajetória de convergência com as metas estabelecidas para o País.

Em relação às demonstrações financeiras, objeto desta nossa audiência de hoje, eu quero ir direto para o resultado do Banco Central do Brasil: em 2011, foi positivo em 23,5 bilhões de reais. No primeiro semestre, tivemos um resultado de 12,2 bilhões de reais e, no segundo semestre, o resultado ficou positivo em 11,3 bilhões. De acordo com a legislação vigente, esses resultados positivos são transferidos para o Tesouro Nacional.

Abrindo um pouco esse resultado, temos os grandes itens divididos nos dois semestres, compreendendo esse valor global que eu mencionava a V.Exas., de 23 bilhões e 400 milhões de reais de resultado positivo do Banco Central em 2011.

Do que corre do ano de 2012, nos primeiros 5 meses do ano, terminados em 31 de maio de 2012, o resultado está na faixa de 10 bilhões de reais positivos.

Em relação a um item importante do balanço do Banco Central, que diz respeito às reservas internacionais, já que elas estão registradas no balanço da autoridade monetária, o que eu tenho a dizer em relação a esse importante ativo diz respeito ao custo de manutenção das reservas internacionais — o chamado custo de carregamento dessa posição. No primeiro semestre de 2011, esse custo de carregamento foi da ordem de 3% e, no segundo semestre, da ordem de 2.50%.

Em relação ao valor desse custo, nos primeiros 5 meses de 2012 — adiantando para V.Exas. —, ele é da ordem de 4,9 bilhões de reais, ou seja, em média, 1 bilhão de reais por mês. Se nós virmos o resultado do exercício de 2011, o custo total de carregamento foi de 30,6 bilhões de reais — uma média de 2,5 bilhões por mês, *grosso modo*. Então, neste ano, esse custo de carregamento das reservas cai para uma média de 1 bilhão de reais por mês.

Em relação a um resultado mais bruto das reservas internacionais no balanço do Banco Central, com a variação cambial — porque aquele resultado anterior era o custo de carregamento, ou seja, quanto custa o passivo das reservas e quanto as



reservas rendem. Então, dava aquele valor que mencionei a V.Exas., de 30 bilhões no ano —, se nós levarmos em conta também a valorização ou desvalorização do ativo das reservas internacionais, nós tivemos, no ano de 2011, no primeiro semestre, uma variação negativa de 44 bilhões reais e, no segundo semestre, uma variação positiva de 87,8 bilhões de reais, totalizando uma variação positiva do ativo reservas internacionais no balanço do Banco Central da ordem de 43 bilhões e 300 milhões no ano de 2011.

Em relação aos cinco primeiros meses do ano de 2012, ou seja, encerrado em 31 de maio de 2012, nós temos, até o momento, uma variação positiva do ativo reservas internacionais, por conta da valorização do dólar. Nós temos o resultado positivo da ordem de 62 bilhões de reais nos cinco primeiros meses do ano de 2012.

Em relação ao outro item dessa área de exposição cambial do balanço, nós temos o resultado dos *swaps* cambiais. Quer dizer, é uma compra ou venda de moeda estrangeira no mercado futuro. Essas operações são denominadas em dólar, mas são liquidadas em reais. É uma operação derivativa.

Então, nós temos, ao longo do tempo, o seguinte: essa linha vermelha demonstra o resultado acumulado das operações de *swap* cambial ao longo de todos esses anos, desde o primeiro semestre de 2002. Então, nós temos um acumulado de 8,6 bilhões de reais, resultado positivo.

Em relação ao resultado acumulado desde o início de 2011, nós temos essa mesma operação, acumulando o resultado de 1,4 bilhão de reais no Brasil.

A posição acima dessa linha pontilhada vermelha é a posição vendida em dólares. Ou seja, o Banco Central está vendendo dólares norte-americanos, nominalmente, no mercado futuro. A posição abaixo da linha vermelha é a posição comprada em moeda estrangeira no mercado futuro. Essa é a evolução, ao longo desses 10 anos, de operações com *swaps* cambiais.

Então, só para ilustrar como evoluímos com esse instrumento, que é um instrumento importante de ação da autoridade monetária nos mercados, no mercado de câmbio, certamente.

Passando, agora, para questões mais estruturais da economia brasileira, já saindo da prestação de contas em relação ao balanço do Banco Central, eu gostaria de dizer algumas coisas.



Primeiro, como mencionei no resumo inicial, o Brasil constituiu importantes colchões de liquidez, importantes reservas, tanto em moedas estrangeiras, reservas internacionais, quanto em termos de moeda local, com os depósitos compulsórios depositados no Banco Central do Brasil.

Nós temos um processo, já de algum período, de uma relação dívida pública/economia, ou seja, dívida pública em relação ao Produto Interno Bruto, cadente no Brasil, o que nos deixa muito bem preparados neste momento em que a questão fiscal toma o centro das atenções em várias economias, principalmente no chamado mundo das economias avançadas.

Temos um sistema financeiro sólido. Vou demonstrar aqui alguns dados gerais desse sistema. Temos um risco soberano em queda ao longo dos últimos anos. Facilita não só as condições de financiamento do próprio Estado brasileiro, mas também das nossas empresas.

Em relação às reservas internacionais, essa é a sua evolução. Estou aqui cotando as reservas em dólar. Naturalmente, mais recentemente, há um movimento internacional de valorização do dólar, eu diria no último mês e meio. Então, as reservas sofrem também flutuações, porque são cotadas em dólar. Nem todas as reservas internacionais são em moeda norte-americana. Temos um pedaço, 20% das reservas internacionais estão em outras moedas. E o valor em dólares certamente sofre a influência do movimento internacional do dólar no momento.

Em relação ao colchão de liquidez em reais, o seu recolhimento compulsório, ou seja, aquele recolhimento que os bancos têm que deixar no Banco Central do Brasil, nós temos um total de compulsórios hoje na faixa de 400 bilhões. Ele cresce ao longo do tempo. Naturalmente, a base de depósito vem crescendo também de forma expressiva ao longo dos últimos anos.

Em relação à situação fiscal, a produção de fluxos de superávit primário ao longo dos anos tem permitido entre outras coisas reduzir a relação dívida líquida/PIB, que caiu do pico de 2002, de 60,4% para o dado mais recente, o dado acumulado até abril de 2012, na faixa de 35,7%. Ou seja, uma queda expressiva de quase 25 pontos de percentagem do Produto Interno Bruto, que, nos últimos 10 anos, é um elemento de fortalecimento da estrutura econômica brasileira certamente nessa situação fiscal do País.



Em relação a comparações internacionais, na coluna da direita, nós temos o resultado primário comparado com o de outros países — perdão, o resultado nominal —, que inclui também a despesa com juros. Nós vemos, no ano de 2011, que tivemos um déficit de 2,6% do PIB. Certamente, nesse grupo de países, é um dos melhores resultados. O México tem um déficit de 3,4%; a Itália, com quase 4,0% de déficit nominal; Canadá, com 4,5%; e por aí vai até chegar aos Estados Unidos, com 9,6% de déficit nominal em relação ao PIB, e ao Japão, com 10%, nesse mesmo critério.

Em relação à dívida bruta, na coluna da direita, também há essa comparação internacional. A nossa dívida bruta está na faixa de 54% do Produto Interno Bruto. Vemos outros países com situação fiscal bem pior que a brasileira, que melhorou bastante nos últimos anos.

Em relação aos colchões de proteção do sistema financeiro, temos a questão do capital. O capital, como V.Exas. sabem, é aquele recurso que os bancos são obrigados a deixar apartados para fazer frente a perdas não esperadas no sistema. Então, temos hoje 16% — um dado mais recente —, em relação ao mínimo, que é 11%, e em relação ao mínimo internacional, que é 8%. Estamos numa situação confortável.

Recentemente, no dia 21 de março, o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional encerraram uma missão de avaliação do Sistema Financeiro Nacional. No pronunciamento dos representantes dessas instituições, eles disseram, no dia 21, que o Sistema Financeiro Brasileiro é estável, com baixos níveis de risco sistêmico e reservas de liquidez consideráveis.

Vou mostrar a V.Exas. isso logo mais à frente.

Em relação à melhora da qualificação de risco, nós tivemos várias reclassificações num período recente. Inclusive, desde o início de 2011, já tivemos importantes reclassificações das três principais agências de avaliação de risco. Isso é um processo que continua no País. Estamos num nível de grau de investimento, e melhorando nesse segmento.

Em relação às condições de financiamento de longo prazo, as taxas de juros, pegando as taxas de 5 anos, recentemente caíram. Esse é um gráfico que demonstra a evolução dessa taxa de juros de 5 anos. Entre agosto de 2011 e junho



de 2010, nós vemos o Brasil experimentando taxas de 5 anos, e as de mais longo prazo, de 1 dígito. Quer dizer, não é só a taxa de política monetária que se encontra no nível de 1 dígito, as taxas de juros de mais longo prazo também já entram nesse território, cujos níveis ainda não havíamos experimentado.

O custo das emissões externas da República também tem demonstrado essa melhora nas condições de financiamento do Brasil nos últimos tempos. Nós vemos, em azul, as taxas em títulos de aproximadamente 10 anos na faixa de 3,1%, a última captação, e, na faixa dos títulos de mais longo prazo, 30 anos, uma taxa de 4,5%. E a República vem captando aí fora.

Em relação ao investimento estrangeiro, o Brasil é um dos principais destinos do investimento estrangeiro, comparável com outros países, como China e Estados Unidos. Na região, o Brasil, em 2011, atraiu quase 70 bilhões de investimento estrangeiro. A segunda maior economia, a economia mexicana, atraiu 19 bilhões. Ou seja, menos de um terço do que atraiu o Brasil naquele período. Isso dá uma ideia da dimensão do País na relação com o resto do mundo, em particular no que diz respeito aos fluxos de investimentos estrangeiros para o País.

O investimento estrangeiro, ao longo do tempo, tem permitido cobrir o déficit em conta corrente. Nós vemos aí o excesso de investimento estrangeiro em relação ao déficit em conta corrente, isso em proporção do PIB. Ou seja, o investimento estrangeiro em 2012 até o momento supera em 0,5% do PIB o déficit em transações correntes. Ou seja, o déficit de transações correntes no balanço de pagamentos é mais do que financiado por esse fluxo, que é o fluxo de investimento estrangeiro.

Saindo um pouco das questões macroestruturais e indo para a agenda de reformas e investimentos, eu gostaria de salientar algumas recentes e importantes reformas que foram realizadas na área fiscal e tributária.

Acho que o FUNPRESP, o Fundo de Previdência Complementar dos Servidores Públicos, foi uma medida importante, aprovada recentemente pelo Congresso. Certamente, isso cria não só uma situação fiscal de maior estabilidade no médio prazo, mas também abre outras oportunidades, como, por exemplo, a mobilização de recursos para o desenvolvimento do mercado de capitais brasileiro. Estima-se que, no período de 10 anos, essa reforma pode gerar uma massa de recursos adicionais da ordem de 30 bilhões de reais.





Temos também importantes iniciativas na área da desoneração da folha de pagamentos. Já são 15 setores impactados por essa medida. Também na desoneração dos investimentos em portos, ferrovias, rede de telecomunicações. E, ainda em estudo, eu sublinharia duas medidas: uma é a desoneração da energia elétrica, um custo sempre alto para a economia brasileira, para a economia real, para o setor de serviços — essa desoneração, se possível, certamente terá um impacto amplo na economia nacional, ajudando no processo de aumento da competitividade brasileira —, e a transformação do PIS e da COFINS em tributos não cumulativos, matéria que está em estudo no Governo e, imagino também no Parlamento.

Em relação a outras reformas para ampliar a competitividade do País, em relação à qualificação da mão de obra temos esse importante programa: Ciências sem Fronteiras. Talvez seja hoje o maior programa de financiamento de bolsas de estudos no exterior que se tem notícia. Na área de ciência e tecnologia são 100 mil bolsas de graduação e pós-graduação. Temos também o Programa de Capacitação Profissional — PRONATEC, com uma previsão de criação de 8 milhões de vagas nos próximos 4 anos.

Também há que se ressaltar a concessão à iniciativa privada de aeroportos — até o momento, já são quatro aeroportos, outros estão em estudo —, rodovias, portos e ferrovias. Certamente, são medidas importantes para aumentar a competitividade da economia brasileira no futuro.

Em relação aos investimentos de infraestrutura, listo alguns dos principais itens desse programa. Entre 2012 e 2015, aproximadamente 1,2 trilhões de reais serão investidos nessas diversas áreas. Certamente, a Presidente Dilma tem dado grande ênfase a essa matéria recentemente, tem trabalho no sentido de reforçar o investimento público, induzir o investimento privado no País, que certamente será uma área importante para o crescimento econômico brasileiro nos próximos meses — trimestres, digamos assim.

Saindo das reformas e dos programas de investimentos, que certamente ajudarão na competitividade da economia brasileira, quero falar um pouco do cenário internacional.



Acho que melhor do que especular a respeito de possíveis desdobramentos da situação internacional, que permanece bastante fluída, os mercados voláteis, é importante ver qual é o traço comum. O Banco Central há algum tempo, — que eu me recorde, desde meados do ano passado —, tem enfatizado o fato de que houve e tem havido uma forte revisão nas perspectivas de crescimento da economia global.

Então, nós estamos com um cenário internacional que, infelizmente, está caracterizado por baixo crescimento no período à frente, ainda caracterizado por ampla liquidez, em função das respostas que os vários países têm adotado para restabelecer o crescimento em bases mais fortes. Naturalmente, é complexo esse processo. E o Brasil, o Banco Central, também enfatiza, ao longo desse período, que o cenário internacional, na forma em que ele se encontra hoje, proporcionaria um viés desinflacionário, enfim, com impacto sobre o preço de *commodities* e outros produtos. Então, isso tem de fato ocorrido.

Em relação à Europa, sem entrar muito no detalhe, depois de um período de certo alívio com as operações de fornecimento de liquidez por parte do Banco Central Europeu ao longo do primeiro trimestre — do final do ano passado e nos dois primeiros meses deste ano —, a situação teve uma recaída. Os mercados, o refinanciamento das dívidas soberanas, a questão bancária na Europa voltou ao centro das preocupações dos investidores internacionais. Então, nós tivemos, depois desse período de alívio, de novo, a Europa representando um risco para a economia global.

Os Estados Unidos, talvez a área mais dinâmica hoje da economia global, têm apresentado um crescimento até surpreendente desde o início do ano, agora já caracterizado por uma maior moderação. Mas a conclusão que nós tiramos é que se mantém uma perspectiva de crescimento moderado da economia americana nos próximos meses.

A China está em desaceleração. E, em nossa visão, a China tem capacidade suficiente para conduzir esse processo de desaceleração, de pouso suave da sua economia.

Só para ilustrar a volatilidade dos mercados, esse é um índice de que, quanto maiores, mais voláteis são os mercados. Nós vemos na ponta os dados mais



recentes. Já é uma retomada dessa volatilidade. Nada comparável com o pico de 2008, mas, certamente, mercados caracterizados por maior incerteza e volatilidade.

Eu falei um pouco sobre a recente valorização do dólar. Esse é um movimento internacional. Nós vemos, na coluna da direita, o real desvalorizando quase 6% no mês de maio, mas, quando comparado com outras moedas, essa desvalorização até que foi moderada.

Ao ver isso de forma mais estilizada, temos o real em amarelo. Nessa seta verde, diz-se que o real se desvalorizou 0,3% em maio em relação à cesta de moedas, que incluiu o euro, o iene japonês, o franco suíço, o dólar canadense e a coroa sueca. Trata-se de uma cesta de moedas ao qual o dólar se compara. E nós variamos praticamente nada. Ou seja, em maio, o movimento do real talvez tenha sido mais aderente a movimento internacional do dólar em relação às demais moedas. Então, o que está acontecendo hoje no País reflete não as condições internas, mas esse movimento internacional da moeda estrangeira, que se valoriza em relação a uma cesta de moedas.

Expectativa de crescimento do mundo para 2012 e como ela evolui aos longos dos meses. Desde agosto de 2011, as perspectivas de crescimento da economia global para 2012 vêm sendo revisadas para baixo. Nós vemos uma revisão bastante forte: de mais de 3% de crescimento da economia global em 2012, que se esperava em agosto, hoje se espera alguma coisa em torno de 2.3%.

Na zona do euro, em azul, nós temos a expectativa de crescimento para 2012. Também houve uma revisão grande, e hoje está na área negativa. Ou seja, espera-se, por esse indicador, que a economia da zona do euro apresente uma contração de 1.35% no ano de 2012.

Voltando à Europa, nós temos essa perspectiva para 2012. E para o ano que vem, em vermelho, houve uma revisão para baixo também, mas ainda se espera um crescimento de 1% em 2013.

Os Estados Unidos estão um pouco melhor: 2.3% para 2012 e aproximadamente 2.5%, para 2013. Não são os 3% que se pensava em meados do ano passado para 2012, 2013, já houve uma retração da expectativa de crescimento para esses anos vindouros, mas, ainda assim, é uma situação bem melhor, por exemplo, do que aquela observada no continente europeu.



E a China, com essa desaceleração do crescimento. É uma perspectiva. Pelo menos o Governo chinês já falou em crescimento na ordem de 7,5%, como objetivo para este ano.

Em relação à economia brasileira, passando então à parte mais conjuntural, quero dizer que, em nossa visão, há vários fatores no Brasil hoje para que a demanda interna, a demanda na economia se sustente. Entre esses fatores, eu destacaria: a taxa de desemprego se encontra em níveis historicamente baixos — a despeito dessa baixa taxa de desemprego; a economia continua gerando empregos; a renda real do trabalhador permanece em ascensão; e, culminando emprego com renda, a massa salarial continua em expansão; e o crédito, apesar de ter moderado, continua crescendo na economia brasileira.

A flexibilização das condições monetárias e financeiras e outras iniciativas de estímulo à atividade também apontam na direção de uma economia que se sustentará ao longo do ano em que as condições de demanda permanecem, de certa forma, estimuladas.

Esse cenário, na nossa visão, proporcionará aceleração do crescimento ao longo do ano. Essa retomada — o Banco Central já reconheceu em seus documentos desde o início do ano — vem em ritmo mais lento, mas ganha velocidade ao longo do ano 2012.

O desemprego está em níveis historicamente baixos. Esse é um gráfico ilustrando isso. A criação de empregos, acumulada desde 2007, está na faixa de 8 milhões. Mas o mais importante é saber que, nos últimos 12 meses, houve a criação de 1 milhão e 360 mil empregos no País. Ou seja, o País continua gerando empregos neste momento.

O rendimento médio dos trabalhadores permanece em ascensão. É importante o recuo da inflação porque assegura a sustentabilidade e ganhos reais nos rendimentos dos trabalhadores. Nos últimos 12 meses, houve ganho real de mais de 3%. Culminando a criação de emprego com o ganho real de renda, a massa salarial continua em expansão, nos últimos 12 meses, na faixa de 5%. Certamente, esse é um elemento de sustentação da demanda interna no País mais à frente.

Como um reflexo disso, quando examinamos as vendas no varejo, vemos que elas mantêm um ritmo elevado no País. O comércio varejista cresceu na faixa de



7,5%, nos últimos 12 meses, dados de março. E o chamado comércio ampliado, que inclui o varejo mais automóveis e construção civil, também cresceu na faixa de 6,7%, nos últimos 12 meses.

Em relação à inflação, temos a evolução dos preços ao consumidor. Depois daquele pico de inflação em setembro de 2011, os índices de preço ao consumidor vêm recuando de forma consistente: o IPC-FIPE na faixa de 4,20% — a última informação, divulgada em maio; o IPCA-15 — índice relacionado ao índice meta do Governo — está na faixa de 0,5%, nos últimos 12 meses, encerrados em 15 de maio. Amanhã será divulgado o Índice de Preço ao Consumidor Amplo — IPCA cheio do mês de maio, que serve de balizador para o sistema de metas de inflação. Esperamos, o Banco Central já disse, inflação menor do que em abril, que foi 0,64%. Imaginamos que o IPCA acumulado em 12 meses continuará recuando nesse mês de maio, a que me referi.

Em relação ao IPCA — só para citar um item importante e muito comentado — de serviços, ou seja, a inflação acumulada de serviços — a linha vermelha seria o IPCA, excluindo os serviços —, hoje, estaria acumulado na faixa de 4,0%. Ou seja, abaixo do nível de meta de 4,5%. Quando verificamos só a inflação de serviços, vemos que ela vem num nível mais elevado. Está na faixa de 7,20%, já recuando de níveis em torno de 9%, como vimos recentemente na virada do ano e início deste ano. Já há recuo também no IPCA na inflação do segmento de serviços. Esse setor vem com inflação mais alta já de algum tempo, mas ainda assim inicia um processo de recuo.

Em relação à inflação medida de instrumentos financeiros, temos um título que paga juro real. Culminando esse título, que paga juro real, com título nominal do Tesouro, é possível extrair do instrumento financeiro uma expectativa de inflação. Extraindo a expectativa de inflação dos mercados, da NTN-B, que é um título do Tesouro que paga a inflação mais o juro real, o que nós vemos é que a inflação de 2012, derivada desse título, já está ligeiramente abaixo de 4,5%. A inflação de 2003, ainda em linha com as projeções dos analistas, mais na faixa de 5,5%, mas vemos uma convergência dos mercados da inflação derivada de instrumento de mercado em direção à meta de inflação do Brasil.



E, aí, a nossa projeção. A projeção do Banco Central, que constou do relatório de inflação de março, seja uma projeção de inflação, convergindo para o centro da meta no final deste ano, conforme o Banco Central vem projetando e sinalizando.

Com relação ao Sistema Financeiro Nacional e mercado de crédito, quero dizer algumas coisas. Primeiro, que alguns fatores garantem a solidez do Sistema Financeiro Nacional, entre eles a questão do capital. Nós temos um nível de capital, aquele recurso que as instituições financeiras deixam separado para fazer frente a perdas não esperadas nos seus ativos nas operações de crédito e ativos em geral.

Temos regras de provisionamento rigorosas, ou seja, provisão, aquele recurso que as instituições financeiras deixam separadas para fazer frente às perdas esperadas — capital para perdas não esperadas, provisionamento para aquilo que pode ser estatisticamente previsto, prognosticado — e índice elevado de liquidez, um insumo fundamental para o funcionamento de qualquer instituição financeira que faz justamente a intermediação de liquidez. Nós temos no País índices elevados de liquidez no sistema financeiro.

Só para comparar, para não ficar falando de Brasil, mas comparando com outros países, quando nós pegamos o índice de capital da Basiléia, um país com 16.3, dado do final de 2011 —, uma comparação internacional —, fonte Fundo Monetário Internacional, nós vemos o Brasil comparado com outras jurisdições. V.Exas. têm o material em mãos, podem usar como referência para visualizar a posição do País no que diz respeito ao colchão de capital que existe no sistema financeiro quando comparada com outras jurisdições.

Em relação ao provisionamento, ou seja, a provisão, aquilo que é separado para fazer frente à perda esperada, principalmente de cadeia de crédito, nós temos nesse mesmo grupo de países o maior nível de excesso de provisão em relação ao capital. A provisão contra a perda realizada na carteira em relação ao capital, que é 9%, sendo o capital 100%. Tem países aqui com níveis bem mais baixos do que o Brasil, que está na dianteira quando diz respeito às regras de provisão.

Em relação ao nível de liquidez, que eu mencionava, pegando uma métrica homogênea para todos esses países, ou seja, quanto às instituições, o sistema tem de ativo líquido em relação àqueles passivos de curto prazo, aqueles passivos que



podem ser tomados na instituição a qualquer momento? No caso do Brasil, também está na dianteira, junto com a Coreia do Sul, tem um índice maior que 1, ou seja, tem mais ativos líquidos do que passivos de curto prazo, bastante melhor do que outras jurisdições.

Em relação ao crédito, juros e *spread*, o crédito no Brasil continua evoluindo de forma moderada. O saldo das operações de crédito nos últimos 12 meses, encerrado em abril, cresceu na faixa de 18%, ou seja, um crescimento elevado, mas já apresentando moderação. As concessões de crédito — aí, não o saldo, mas as concessões dos primeiros quatro meses de 2012 —, em relação ao mesmo período de 2011, apresentam uma expansão de 10%. O dado recente do crédito sinaliza alguma recuperação das concessões, inclusive no segmento de veículos. Nós estamos presenciando uma redução de taxas de juros e do *spread*. Esses dados já começam a aparecer. Esse processo é inicial ainda, mas começam a aparecer dados nesse sentido.

Essa expansão do crédito, separando em crédito livre na cor azul, crédito direcionado, basicamente é o sistema de crédito rural, o BNDES. Nós tiramos daí o crédito imobiliário e o separamos na cor vermelha.

Então, o que nós vemos aqui é um crédito em relação ao PIB, na faixa de 50% do Produto Interno Bruto, e o crédito imobiliário ganhando espaço no conjunto das operações de crédito no País, o que é um movimento natural e que deve se ampliar no futuro. Há espaço para o crédito imobiliário, ainda em níveis muito baixos, em torno de 5% do Produto Interno Bruto, mas ele está crescendo a taxas elevadas, em linha também com outras variáveis econômicas que o País experimentou nesses últimos anos.

Em relação à redução de juros para a pessoa física, esse é o período de janeiro, em azul, e de maio, em vermelho. A taxa média por pessoa física é de 45% para 40% e a taxa média para a pessoa jurídica é de 28,7% para 25,4 % nesse período de 5 meses.

Em relação ao *spread* bancário, para o mesmo período, de janeiro a maio deste ano, também uma pequena redução já se observa nos dados coletados pelo Banco Central.



Em relação à inadimplência — um item bastante comentado nas últimas semanas, meses —, a nossa avaliação sobre as perspectivas para a inadimplência no País sugere uma redução ao longo do segundo semestre deste ano.

E digo isso em função dos seguintes fatores: Primeiro, as concessões de crédito realizadas a partir do segundo semestre de 2011 apresentam menor nível de inadimplência. Vou mostrar em seguida o atual estágio do ciclo monetário. Nós tivemos um aperto nas condições monetárias até julho, agosto do ano passado. Desde então tem havido uma distensão das condições monetárias. Então, isso apresenta defasagem, mas ajuda também, para frente, a reduzir o nível de inadimplência.

A redução de juros e dos *spreads* bancários facilita também o processo de refinanciamento e renegociação de dívidas para aqueles que estão nesse procedimento.

As perspectivas de aceleração na atividade econômica têm a ver com a defasagem que existe entre, por exemplo, a distensão das condições monetárias de financeiras, que ocorre desde o final de agosto, início de setembro de 2011. Isso vai cada vez mais sendo sentido na economia; a economia pega maior velocidade; a economia, ao crescer mais fortemente no segundo semestre deste ano, gera condições para a redução da inadimplência observada na economia.

A queda da inflação também é importante porque ajuda a manter o rendimento real. O trabalhador, com tudo mais constante, gera uma capacidade maior de pagamento. Logo, é um fator relevante para explicar um menor nível de inadimplência à frente.

Também há o fato de que as nossas dívidas no País ainda não são tão alongadas. Existe um prazo de maturação, que é curto quando se compara com o que ocorre em outras jurisdições. Isso também indica que o ajuste nas condições financeiras das famílias e das empresas tendem a ser mais rápido no País do que em outras jurisdições.

Então, são fatores para o Banco Central que, apesar do crescimento da inadimplência no momento, indicam um recuo ao longo do ano, que vai ser mais sentido no segundo semestre de 2012.





Esse é só um dado antecedente, que indica a concessão de financiamento. Muito se fala no financiamento de veículos. Esse gráfico mostra qual seria a inadimplência 4 meses na frente. Então, quando nós olhamos para o pico desse gráfico, lá em julho ou agosto de ano passado, nós vemos que 4 meses à frente a inadimplência ainda seria alta nas concessões de crédito que foram feitas em julho e agosto do ano passado. A partir daí, o que se nota é que a inadimplência 4 meses à frente tem sido reduzida.

Então, é uma safra de crédito que já vem com mais qualidade no segundo semestre do ano passado, e esse processo continua à frente. Isso indica, na nossa visão, que a inadimplência tende a recuar ao longo deste ano, no segundo semestre de 2012.

Para concluir a minha apresentação de hoje, eu gostaria só de recapitular que, na nossa visão, nós temos sólidos fundamentos macroeconômicos que, combinados com alguns colchões de liquidez que foram formados ao longo tempo, como os depósitos compulsórios em reais, permitem, em situações de estresse, prover liquidez para o sistema. Também o colchão que se constituiu de reservas internacionais e que, da mesma forma, permite melhores condições de financiamento não só para o soberano, mas também para as empresas brasileiras se financiando lá fora, é uma reserva importante para o País.

Há um avanço na agenda de reformas e nos investimentos de infraestrutura. Isso é fundamental para as condições de crescimento da economia nos anos vindouros.

Nós temos o Sistema Financeiro Nacional, que apresenta níveis elevados de liquidez, provisão, rentabilidade e capital. É importante ter esse sistema financeiro num mundo cada vez mais com as dificuldades enfrentadas em outras jurisdições, em particular, hoje, na Europa. E temos esta fortaleza no País.

A expansão de crédito continua em níveis mais moderados, mas nós já começamos a ver uma redução nas taxas de juros, nos *spreads*, e a inadimplência com perspectivas boas de queda ao longo do segundo semestre do ano.

O ritmo de atividade se acelera no segundo semestre de 2012. Já estamos sentindo mais atividade neste segundo trimestre do que no primeiro trimestre do ano, certamente.



Para fechar a apresentação, de novo falo da nossa perspectiva de uma inflação se encaminhando, convergindo para a trajetória de metas do País.

Eram esses os meus comentários.

Sr. Presidente, estou à disposição para a sessão de perguntas.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Paulo Pimenta) - Muito obrigado, Presidente, pela sua exposição inicial.

Neste momento coloco a palavra à disposição dos Presidentes das demais Comissões que foram protagonistas do convite para que o Dr. Tombini estivesse aqui conosco.

Comissão de Finanças e Tributação, Deputado Antônio Andrade; Deputado Márcio Reinaldo Moreira e Deputado Renato Molling, 1º Vice-Presidente, V.Exas. desejam fazer uso da palavra agora ou num outro momento? (*Pausa.*) Deputado Edmar Arruda, Deputado Edson Santos, 1º Vice-Presidente, V.Exas. desejam fazer uso da palavra agora? (*Pausa.*)

A palavra está à sua disposição, Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados, ilustre colega Deputado Edmar Arruda.

**O SR. DEPUTADO EDMAR ARRUDA** - Colegas Deputados que compõem a Mesa, Senadores, Deputados e Deputadas, Sr. Presidente do Banco Central, Alexandre Tombini, penso que o cenário que V.Exa. apresentou é bastante consistente, e nós realmente temos observado que isso ocorreu ao longo do ano de 2011, mas nós que estamos na base, que participamos da atividade produtiva, temos visto uma preocupação muito grande com vários segmentos da atividade produtiva, inclusive o meu setor, o da construção civil, sem essa perspectiva de que o crescimento da economia venha atender a essa expectativa do Governo.

Nós tivemos um primeiro trimestre muito duro, muito difícil. Estamos tendo um segundo trimestre no mesmo caminho, inclusive o nível de comercialização dos meses de abril e maio não foi satisfatório, e existe a preocupação de que poderemos ter muita dificuldade para ter um índice de crescimento do PIB pelo menos nos mesmos níveis do de 2011.



Algumas medidas já foram tomadas pelo Governo — V.Exa. mesmo acabou de relatá-las —, mas sabemos também que é necessário um prazo de maturação para que essas medidas surtam os efeitos na economia do nosso dia a dia aqui.

A minha pergunta é a seguinte: tivemos a maior redução de juros da história do País. Um empresário me comentou nesta semana que foi ao Banco do Brasil e lhe fizeram a proposta, que não compreendi muito bem, de que ele teria a redução da taxa de juros no contrato que ele tem com o banco — não sei se é cheque especial —, mas que isso seria condicionado a alguns fatores e ele poderia ter de pagar esse residual depois de 4 meses. Eu não sei a veracidade disso, gostaria que V.Exa. falasse sobre isso.

A nossa expectativa é de quando de fato essa redução do *spread* bancário vai chegar ao consumidor final, tanto pessoa física quanto pessoa jurídica, porque o que nós temos visto, na prática, apesar de todo o esforço do Governo, do esforço do Banco Central, é uma diminuição da oferta de recurso para o setor produtivo e para as pessoas físicas, com exceção agora de uma alavancagem com relação à venda de automóveis, um setor que, toda vez que dá dor de barriga, o Governo corre para socorrer. Mas nós temos outros setores importantes tanto quanto esse. Então, a minha pergunta básica é esta preocupação: qual a segurança desse crescimento econômico que o Governo está propagando e, principalmente, quando essas medidas de redução do *spread* bancário vão chegar ao consumidor final?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Paulo Pimenta) - Antes de passar a palavra ao senhor, eu quero registrar que pediram licença para comparecer ao Senado, para deliberações de plenário, os ilustres Senadores Delcídio do Amaral e Rodrigo Rollemberg.

Quero registrar a presença do Deputado Márcio Reinaldo Moreira, Presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico. Pergunto se o colega deseja fazer uso da palavra neste momento. (*Pausa.*)

Concluída a fase inicial, em que a palavra foi colocada à disposição dos Presidentes das Comissões, indago à Mesa da Secretaria se há lista de Parlamentares inscritos para o debate? (*Pausa.*)

O ilustre Deputado Rodrigo Maia é o primeiro inscrito; o Deputado Pauderney Avelino é o segundo inscrito. Nós vamos seguindo a ordem do debate. Vamos ouvir



mais dois Parlamentares, aí passamos ao Dr. Alexandre Tombini para responder às primeiras questões que forem colocadas.

Deputado Rodrigo Maia, a palavra está à sua disposição, pelo tempo regimental.

**O SR. DEPUTADO RODRIGO MAIA** - Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, Sr. Presidente do Banco Central, diretoria, como combinei com o Deputado Edson Santos, uma vez que havia requerimento de convocação do Ministro-Presidente do Banco Central para discutir a situação atual do mercado financeiro, e foi dito pelo representante do Governo, nós poderíamos avançar nos dois debates.

De forma breve, em relação à apresentação, pelo menos eu não encontrei aqui alguns dados. Estão escondidos. Os dados da indústria estão escondidos, os dados da expectativa de crescimento do Brasil estão escondidos; os do resto do mundo vieram, os do Brasil não vieram. Pode ter sido algum erro da minha capacidade intelectual, Deputado Pauderney.

Depois, eu fico perguntando, e outro dia encontrei o Dr. Amilcar e perguntei. Quando eu trabalhava no mercado financeiro, Presidente Tombini, eu ouvia dos economistas, dos grandes quadros do mercado, que o Brasil precisava, primeiro, poupar, que a poupança iria gerar sustentabilidade no crescimento, investimento e infraestrutura. O que tenho visto nos últimos anos é o Brasil estimular o brasileiro a gastar, sem poupança.

Então, eu fico olhando aqui os dados: taxa de juros do Brasil foi reduzida, Deputado Paulo Pimenta, mas a média é 40% ao ano. O que rende 40% ao ano? Está aqui a renda salarial. Tudo rendendo 3%, 5%, mas estão estimulando o brasileiro a gastar a 40% ao ano. Essa equação em algum momento não vai fechar. Já não está fechando.

Redução de juros, *spread*, 40% ao ano, 25% para pessoa jurídica. Não tem como. Vocês estão estimulando o gasto, e os investimentos que deveriam vir de infraestrutura com a poupança não vêm, porque não tem poupança, porque o Governo há muitos anos não estimula a poupança.

Em relação a essa apresentação são as poucas considerações que tenho a fazer.



Em relação ao sistema financeiro, Sr. Presidente, de fato acho que a crise no Sistema Financeiro Nacional hoje é muito mais grave do que os dados apresentados nesta tarde. O Banco Schahin já quebrou. O Banco Votorantim já quebrou. O Banco PanAmericano já quebrou. O Matone já quebrou. Morada já quebrou. E o Banco do Brasil, de forma vergonhosa, colocou dinheiro no Banco Votorantim. Agora vai ter de colocar mais 3 bilhões de reais.

A Caixa Econômica Federal, de forma vergonhosa, e isso é matéria no jornal *O Globo*, disse que estava entrando no Banco PanAmericano, na época, porque queria entrar no mercado de moto, queria investir em moto. Um banco de financiamento de habitação disse que estava entrando no Banco PanAmericano, porque queria investir no setor de moto, porque o setor de moto estava crescendo e eles queriam ter essa carteira.

Agora nós vimos o Cruzeiro do Sul quebrar. Vimos a operação do Cruzeiro do Sul ser completamente distinta da operação do Banco PanAmericano. Aliás, eu não sei por que essa paixão das autoridades brasileiras pelo Dr. André Esteves. Tudo agora querem dar para o André Esteves. Já deram o PanAmericano para o André Esteves, que, sócio da Caixa Econômica Federal, já tem a rede loterias para operar de graça, não foi nem licitado. E agora ofereceram o Cruzeiro do Sul para o Dr. André Esteves. O André Esteves está pelo mercado comprando tudo, mas com que dinheiro? Não sei por que o Banco Central é do André Esteves, não é Banco Central do Brasil.

Aliás, o Prosper também foi incorporado pelo Cruzeiro do Sul com o dinheiro do Fundo Garantidor. Será que nós não sabíamos há alguns meses, quando o Banco Prosper foi incorporado, que o Banco Cruzeiro do Sul já tinha 300 mil empréstimos falsos. Não são mil, não, Deputado Edson Santos, são 300 mil empréstimos falsos do Banco Cruzeiro do Sul, e o Fundo Garantidor já tinha dado recurso a ele há alguns meses para incorporar o Banco Prosper.

Eu não sei se o Deputado Pauderney Avelino já tem as assinaturas da CPI do Banco PanAmericano, mas vai ter de pegar outra, a CPI do Fundo Garantidor. O Fundo Garantidor assume o Banco Cruzeiro do Sul sem legitimidade para isso, porque não é uma instituição pública, é uma instituição administrada pelo setor



privado, quer dizer, os interessados vão administrar a massa falida do sistema financeiro.

Fora isso, os grandes bancos vêm sistematicamente, e isso o Presidente Henrique Meirelles tratou com competência na outra crise, querendo ampliar o cartel dos grandes bancos brasileiros, estimulando de forma permanente, foi assim em 2008 e continua assim hoje, a quebra dos bancos médios no Brasil.

Por quê? Porque o Governo estimulou a alavancagem dos bancos médios e os grandes tiram o financiamento e fica o descasamento, vão ter de entregar o patrimônio de graça para os grandes bancos. E o Sr. André Esteves está no meio, mais uma vez o André Esteves no meio. Não sei por que essa paixão pelo André Esteves no mercado financeiro pelo Governo brasileiro, naqueles que conduzem a política econômica não monetária, mas econômica brasileira.

Então, Sr. Presidente, estou muito preocupado, porque eu acho que de uma ponta não está se enxergando nada. Vários bancos quebraram, os indicadores podem estar bonitos, os indicadores da Basileia podem estar bonitos, qualquer desses indicadores, mas os dados da realidade são críticos.

Como é que o Governo brasileiro, o Banco Central brasileiro, não viu um banco do porte do Cruzeiro do Sul, de médio para grande, com mais de 300 mil empréstimos fraudulentos, fraude contábil? Da mesma forma, o PanAmericano. E ninguém viu nada? E nós vamos dizer que o sistema financeiro brasileiro hoje está saudável?

Então, essas questões nos angustiam e nos preocupam. E vou dizer mais, vou deixar registrado, porque as operações do Votorantim e do PanAmericano eu registrei em artigos. E vou dizer mais: o Governo brasileiro vai quebrar a Caixa Econômica de novo, porque essa obrigação, por ser um banco de capital fechado, de reduzir os juros na frente de todo o mundo para obrigar o mercado a ir atrás, vocês vão quebrar a Caixa Econômica de novo, como já se quebrou no passado.

Sr. Presidente, essas são as minhas dúvidas, as minhas preocupações. Acho que o Deputado Edmar Arruda falou muito bem. Talvez, pelo retrovisor, os números sejam muito positivos. E, de fato, são. Mas olhando para frente, para a atividade econômica hoje e para a situação dos bancos brasileiros, eu não vejo esse bom balanço que foi apresentado na tarde de hoje pelo Presidente do Banco do Central.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Paulo Pimenta) - Obrigado, Deputado Rodrigo Maia.

Passo a palavra ao Deputado Pauderney Avelino...

**O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO** - Eu vou falar daqui mesmo, Presidente?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Paulo Pimenta) - ...Vice-Presidente da CFT, falando diretamente da Mesa.

**O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO** - Diretamente da Mesa, mas também com muito entusiasmo.

Em primeiro lugar, eu quero cumprimentar o Presidente do Banco Central e a diretoria que aqui se encontra, a todos os Deputados e Senadores aqui presentes e dizer que eu tenho muito respeito pela gestão da política monetária brasileira, que tem à frente o Dr. Tombini.

Mas eu quero dizer, Dr. Tombini, que vou iniciar minha fala do ponto onde concluiu o Deputado Rodrigo Maia, sobre o sistema financeiro brasileiro, para depois entrar na sua apresentação.

Houve dois tipos de tratamento: um dado ao Votorantim e, depois, ao PanAmericano e, agora, o tratamento dado ao Cruzeiro do Sul.

Obviamente, eu estive no Banco Central para tratar com a diretoria a respeito da quebra do PanAmericano, e nós pudemos observar que os argumentos do Banco Central não cabiam naquele momento, como não cabem agora. O que se tem na carteira do PanAmericano é o que se vê agora também na carteira do Banco Cruzeiro do Sul: fraude contábil, fraude de títulos. E, lamentavelmente, isso tem passado despercebido pela autoridade monetária brasileira.

Não é nem a primeira, nem a segunda, nem a terceira vez, como bem citou aqui o Deputado Rodrigo Maia. Isso me deixa muito preocupado. Apesar de ter confiança na condução da política monetária, com V.Exa. no comando, quero deixar clara aqui a minha preocupação como brasileiro por ver que o Banco Central não está cumprindo o seu papel de fiscalizar o sistema financeiro brasileiro adequadamente porque está permitindo que esse tipo de fraude aconteça sistematicamente.



Eu tenho algumas informações. Não posso falar formalmente isso porque eu estou aguardando o momento, e parece que agora o momento apropriado chegou, para apresentar à CPI que vai investigar a venda do PanAmericano, as assinaturas já estão completas, mas as informações extraoficiais que nós temos, inclusive de pessoas de dentro da Caixa Econômica Federal, é a de que a fraude do PanAmericano foi bem maior do que os mais de 3 bilhões de reais.

E aqui, no caso do PanAmericano, por que o Pactual não quis ficar com o negócio, Rodrigo? Eu entendo, pelo balanço do Cruzeiro do Sul, que há um déficit em relação ao patrimônio líquido do banco de 150 milhões de reais, sem contar a carteira fraudulenta desse banco. Então a dívida líquida do banco é muito menor do que o rombo de 1,3 bilhão em 150 milhões de reais. Esse é um problema com o qual estou realmente preocupado.

E deixo registrado aqui nesta reunião de hoje que estou tomando providências não apenas legislativas, mas também judiciais, no âmbito da Justiça Federal, com relação a essas questões. E isso como brasileiro. Então, é uma questão que coloco para o Presidente do Banco Central.

A outra questão que coloco é a seguinte: por que o Banco Central não usa o seu poder de fiscalização para defender o consumidor bancário? Por que deixar essa atribuição apenas para os órgãos de defesa do consumidor, quando sabemos que nada no Brasil é mais rentável do que um banco, quando tem, na composição do seu *spread*, algo em torno de 30% e 35% de lucro? O Banco Central, como órgão normatizador, como órgão defensor da moeda brasileira, deveria também defender o consumidor brasileiro.

Desculpe-me, Dr. Tombini, mas me parece que V.Exa. está comemorando a redução para 40% do *spread* do juro que está sendo pago, que o consumidor terá que pagar. É um absurdo isso! Eu acho que o Banco Central teria que ter como norma também a defesa do consumidor bancário. É importante que isso fique registrado. Se precisar da nossa ajuda aqui do Congresso Nacional, se precisar de qualquer tipo de ajuda legislativa, estaremos dispostos a resolver essa questão — e tenho certeza de que suprapartidariamente, não é verdade, Deputado Cláudio Puty? Queremos ajudar. Queremos ajudar o Brasil.





Eu percebo, Presidente — e gostaria que S.Exa. pudesse nos informar —, que a política que estava montada sobre o tripé câmbio flutuante, meta da inflação e superávit primário, parece que cedeu lugar para que fosse feita a meta de juros com sacrifício da meta de inflação. O que estamos vendo hoje é que parece que o Banco Central tem como meta a redução da taxa de juros. Se por um lado isso pode estimular o crescimento, está estimulando o endividamento das pessoas e também está gerando inflação.

Outra coisa é com relação ao crescimento. Vimos no *Focus*, boletim publicado pelo Banco Central, a previsão de um crescimento em torno de 3% ou abaixo, sendo que o mercado já prevê crescimento abaixo desse percentual. O PIB do trimestre, de 0,2%, já não é um indicador disso, já que é quase um traço, ou seja, quase não há crescimento? Enfim, eu gostaria que V.Exa. também se posicionasse com relação a isso.

Eu iria falar mais sobre a taxa de carregamento, ou o percentual de carregamento, que acho que está muito elevado. As reservas estão muito elevadas e gerando um custo muito alto para o nosso País.

E concluo perguntando, sobre o crédito de veículos: por que apenas o setor automotivo de quatro rodas está tendo o privilégio de ter recursos que foram destinados pelo Governo, provenientes das reservas dos bancos, e por que não o automotivo de duas rodas, já que inadimplentes estão os dois setores e ambos precisam ser recuperados igualmente?

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Paulo Pimenta) - Obrigado, Deputado Pauderney Avelino.

Pela ordem de inscritos, Deputado Paulo Rubem Santiago.

**O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO** - Sr. Presidente Deputado Paulo Pimenta, prezados integrantes da Mesa, colegas Deputados, Sr. Presidente do Banco Central, Dr. Tombini. Eu quero aqui me congratular com a realização desta audiência, embora regimental, porque ela vem em um momento em que o Congresso Nacional está muito atingido por assuntos outros que não têm relação direta com o aprimoramento do modelo de desenvolvimento do nosso País.



Eu quero de antemão me alinhar com os Deputados e as Deputadas, mas também com parte ponderável da nossa comunidade acadêmica que entende a estabilidade monetária e os bons fundamentos macroeconômicos não como um fim em si, mas como referência para que possamos consolidar os nossos planos de desenvolvimento, e acima de tudo para atingirmos os objetivos definidos, pelo menos, no art. 3º da Constituição da República Federativa do Brasil.

Nos últimos anos, com as mudanças nos nossos indicadores macroeconômicos, *vis-à-vis* os péssimos indicadores dos países da zona do euro e de outros países atingidos pela crise, parece-me que no ambiente econômico convencionou-se tratar como virtuoso o nosso quadro em função da desgraça alheia. Só que nós não nos comparamos, do ponto de vista dos indicadores sociais, com aqueles países que há 4 ou 5 anos vivem uma desgraça fiscal, econômica, orçamentária, mas que há décadas equacionaram problemas que nós não equacionamos ainda. Então, eu quero aqui tomar emprestada uma expressão de uma publicação recente do Senador Cristovam Buarque, que é mais ou menos o seguinte: *“a economia vai bem, mas não está bem”*.

Eu passaria aqui a ponderar com o Dr. Tombini, com a assessoria do Banco Central, três aspectos. O primeiro deles é em relação à expectativa de investimento e de crescimento da economia. O que tem pautado a ação do Governo Federal, pelo menos do início da crise, há 4 anos, até hoje, são medidas de curto prazo que nem sempre têm os resultados esperados. Fizemos agora uma avaliação do relatório da Receita Federal, dos gastos tributários indiretos, e pasmem, Srs. Deputados, em 2008 tínhamos uma despesa tributária indireta de 86 bilhões, e este ano, acumulando todo o conjunto de desonerações de impostos e contribuições, ela chega a 145 bilhões de reais! Comparando com 2008, nota-se um crescimento de mais de 60 bilhões, 45% desses gastos tributários indiretos em desonerações, benefícios, incentivos para o comércio, para a indústria e para o setor de serviços. Isso de maneira alguma serviu para que alavancássemos a presença desses setores no crescimento do PIB, ou mesmo para que houvesse a variação positiva de cada setor em relação aos exercícios anteriores.

O BNDES, segundo os dados recentemente compilados, realizou um desembolso, em 2010, de 168 bilhões; no ano passado, desembolsou 138 bilhões.



Agora em abril o nível de utilização da capacidade industrial bateu em 83,4%. Quando me refiro a esses dados, quero também lembrar que a indústria de transformação brasileira, em 10 anos, caiu para 50% do PIB. E que os nossos saudáveis números cambiais da balança comercial, se os olharmos com outras lentes, as da alta e da média capacidade tecnológica, nos mostrarão que somos redondamente deficitários.

Os números do saldo positivo da nossa balança comercial, que nos ajudam a formar parte das nossas reservas, correspondem muito mais à área dos produtos básicos — 51% de minério de ferro e algodão —, não pelo volume exportado, mas pelo preço. Ou seja, se houver algum tipo de desaquecimento nos nossos grandes mercados consumidores, progressivamente isso corroerá a nossa capacidade de competição externa sobre a média e alta tecnologia dos nossos produtos.

Por que eu me refiro a isso? Porque estamos, desde a instalação do regime de metas de inflação, submetendo o Tesouro Nacional a uma força fiscal incomparável. O Orçamento proposto para 2011 reservava apenas um quarto dos recursos do Tesouro para as despesas discricionárias — saúde, educação, ciência e tecnologia e combate à pobreza — e quatro vezes mais para juros e encargos da dívida pública.

O art. 2º da LDO deste ano submete a execução e a elaboração do Orçamento do País, em primeiro plano, à meta do superávit primário.

Então, deixamos de tratar os fundamentos macroeconômicos e a estabilidade monetária como meios para construir as condições de um projeto de desenvolvimento e passamos a tratá-los como fins. Não é por acaso que as disfunções do sistema financeiro foram apontadas no estudo que circulou nesta Casa, de autoria de Modenesi, Vianna e Miguel Bruno. Quase 84% do que tiram os bancos e o sistema financeiro da sociedade não vêm da oferta de crédito, mas das operações das chamadas esferas autofinanceiras.

Gostaria de ponderar com o Dr. Tombini a opinião do Banco Central. É claro que essa matéria deriva, primeiro, da decisão do Ministério da Fazenda. Nós reduzimos a taxa básica, mas continuamos, compulsivamente, emitindo títulos do Tesouro, porque até hoje não se regulamentou o limite de endividamento da dívida



mobiliária federal, competência da Presidência da República, em respeito à Constituição Federal e à Lei de Responsabilidade Fiscal.

Reduz-se a taxa básica. Os encargos sobre a parcela da dívida mobiliária, corrigida pela SELIC, diminuem, mas aumenta o estoque, com impacto no Tesouro, que faz com que metade de nosso Orçamento, praticamente, fique travado.

Por isso, Dr. Tombini, não temos capacidade de investimento na indústria, não temos aumento da capacidade instalada, não temos maior valor agregado na produção destinada à exportação. Por quê? Porque, embora tenhamos variações nos indicadores macroeconômicos e nos indicadores da estabilidade monetária, a economia travou.

Por fim, pergunto: vamos continuar desonerando, como mecanismo de incentivo à indústria, para que ela retome o crescimento?

Eu vi, Sr. Presidente, estarecido, há 15 dias, em uma matéria publicada no jornal *Valor Econômico*, que um seleto grupo de empresas brasileiras tinha estocado em caixa 280 bilhões à espera de um bom cenário. À espera de um bom cenário! Não sei se o tempo estava nublado, sujeito a pancadas esparsas, se eles estavam esperando clarear a linha do horizonte! Entesouraram 280 bilhões em caixa à espera de um bom cenário!

A proposta de reformas que está sendo apresentada aqui não é de reformas; são doações. A desoneração dos 15 setores implicou renúncia de 7 bilhões e 200 milhões. A entrega dos aeroportos para concessões privadas é um escândalo! A INFRAERO teve um orçamento de investimento aprovado neste Congresso do qual só se executaram 30%.

Por que o Congresso aprovou um orçamento de investimento da INFRAERO e não se executou? Por conta do garrote do não endividamento das empresas, da não contratação, para atingir as metas do superávit primário das empresas estatais.

Os indicadores variaram em um contexto positivo, sim. Mas não tratando os indicadores como um fim em si mesmo, porque todos os demais indicadores da indústria, da capacidade de investimento, da exacerbação das taxas praticadas pelas instituições financeiras não indicam que a economia vai bem.

São essas as questões que eu queria ponderar aqui.

Muito obrigado.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Paulo Pimenta) - Obrigado, Deputado.

Concedo a palavra ao ilustre Parlamentar Audifax, do Estado do Espírito Santo.

**O SR. DEPUTADO AUDIFAX** - Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero, inicialmente, parabenizar o Presidente do Banco Central pela sua exposição e pela condução do Banco Central em suas políticas econômicas.

Eu vou ser rápido. São quatro perguntas.

A primeira refere-se àquilo que disse o Deputado Rodrigo Maia sobre a quebra dos pequenos e médios bancos. Em função da falta de fiscalização, como ficam os depósitos nesses pequenos bancos? Ou seja, tudo indica que outros pequenos bancos vão quebrar por aí afora.

A segunda, no outro sentido do que disse o Deputado Pauderney, ainda não mencionado aqui. Parabenizamos e acompanhamos a queda dos juros, mas temos observado que, paralelamente a essa queda de juros, os bancos privados estão aumentando as tarifas cobradas. Que tipo de fiscalização está acontecendo em relação ao aumento dessas tarifas cobradas pelos bancos privados?

A outra pergunta diz respeito a uma questão que o senhor não apontou com mais detalhes, que seria a expansão do crédito na compra de carros — o senhor a detalhou quanto à compra de imóveis. Se possível, quero ouvir um pouco sobre isso, porque percebemos aí a inadimplência, e não estaríamos correndo os riscos que os Estados Unidos correram com os imóveis *superprime*.

A quarta e última pergunta — e agradeço desde já — é relativa ao possível aumento da recessão em nosso País. Acontecendo isso, como ficaria a política do Banco Central no que diz respeito às metas da inflação? Será abandonada, alterada? É lógico que teremos que contar com isso daqui para frente também. Se ocorrer a recessão, em função do que pode acontecer nos Estados Unidos, na Europa e por aí afora, como ficará a nossa política de metas?

Eram essas as questões.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Paulo Pimenta) - Obrigado, Deputado.

Com a palavra o Deputado Duarte Nogueira, Coordenador da bancada do PSDB na Comissão de Orçamento.



**O SR. DEPUTADO DUARTE NOGUEIRA** - Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, Ministro Alexandre Tombini, não tive oportunidade de ouvir toda a fala do Ministro, mas a nossa assessoria nos colocou a par dos pontos mais importantes — inclusive já preparávamos questionamentos antes mesmo deste encontro.

Antes de fazer as perguntas, queria fazer uma breve reflexão. O Governo atual, que é uma sequência do Governo Lula — portanto, já se vão 10 anos do Governo do PT —, sempre criticava os governos anteriores e nunca levava em conta os cenários externos em relação aos seus reflexos na economia brasileira. Agora, quando ocorre essa crise, desdobramento da crise de 2008, o Governo aponta nos fatores externos os problemas da sua economia.

Digo mais: no Governo do Presidente Fernando Henrique, durante 8 anos, a média de crescimento do PIB foi da ordem de 2,3%. O Governo Lula teve 1% a mais, em média, em anos de prosperidade planetária e mundial. Vejam que os indicadores dos anos do Governo Lula da economia, da redução da desigualdade de renda, da ascensão da classe média foram muito positivos para o nosso País, mas se compararmos com os indicadores médios dos países da América Latina no mesmo período do Governo Lula, eles foram inferiores à média da América Latina, em um tempo de vacas gordas. E se faz muita propaganda em cima disso.

O senhor disse, Ministro, que o cenário internacional futuro é de volatilidade dos mercados e de baixo crescimento econômico. O Brasil já não estaria, portanto, vivendo isso com esse PIB píffio, de 0,2%, do primeiro trimestre?

O Ministro Mantega fez uma crítica injusta, nesta semana, ao setor da agropecuária, como se ele fosse o culpado pela redução do PIB ou pela contaminação na diminuição do PIB, de 8,5% a menos da agropecuária. Ocorre que o Governo não dá para a agropecuária o apoio que dá para alguns setores diferenciados da nossa economia. E nós estamos vivendo o problema da seca no Sul, no Nordeste, e o excesso de chuvas em outras regiões.

A redução do crescimento econômico no setor de máquinas e implementos foi de 14,5%, mas ninguém considera que esse setor não teve nenhum subsídio, nenhum apoio do Governo. Portanto, entre 2000 e 2011 houve um crescimento das exportações que fechou nossa balança comercial superavitária, com esse processo



de desindustrialização e redução da fatia do setor secundário da nossa economia, em 80 bilhões. Ou seja, o número pulou de 20 bilhões para 97 bilhões, em 11 anos. Mas não tem o apoio do Governo, não tem visão estratégica.

O senhor disse, Ministro, que o Brasil atraiu 70 bilhões de dólares em investimentos estrangeiros, em 2011, e também fez alusão a uma agenda de reformas e investimentos, dizendo que isso seria um dos componentes da solidez da nossa economia. Eu gostaria que V.Exa. detalhasse os pontos dessa agenda, porque o que não existiu, nos últimos 10 anos, na verdade, foram reformas. Elas estão todas congeladas, paralisadas, e, além disso, os investimentos públicos — estes, sim, alavancariam nossa sociedade, com melhor infraestrutura, ambiente mais salutar de desenvolvimento econômico —, da parte do Governo, não acontecem. Vejam que o PAC ainda patina. Está aqui o nosso Relator, nosso ex-Presidente da Comissão, Deputado Márcio Reinaldo. O Governo fala de coisas que, na verdade, não acontecem e, quando cacareja, cacareja por ovos que não foi ele quem botou.

É sempre salutar a vinda do Ministro à nossa Comissão. Além do aspecto regimental, para nós é motivo de muita satisfação poder contar com sua presença, para que possamos fazer um bom debate e trabalhar em favor do nosso País, em favor da economia do nosso País e da nossa população.

Concluo. Sem haver uma meta formal, Ministro Tombini, para a política creditícia, o Governo tem lançado mão desse instrumento no processo de dinamização da atividade econômica. Com o volume de crédito batendo em 4,1 trilhões, o equivalente a 49,6% do nosso PIB — se eu estiver errado, peço ao Ministro que me corrija —, segundo dados de dezembro de 2011, que representou uma evolução em relação ao PIB de cerca de 10% em comparação a 2010, fica evidente a política de expansão de crédito adotada pelo Governo.

De fato, o Governo tem repetido a receita aplicada em meio à crise de há quase 3 anos, de 2008. Ocorre, Ministro, que as famílias que se endividaram à época continuam com sua renda comprometida, muitas sem condições de honrar as dívidas contraídas, haja vista o aumento da inadimplência, sobejamente conhecido.

Não se mostra, portanto, contraditória essa política de ampliar o crédito às famílias, incentivando o consumo de massa para salvar a nossa indústria, mas



endividando ainda mais a população ante o crescimento da inadimplência, uma vez que a renda disponível não teve aumento que comporte esse novo endividamento?

Eu paro por aqui e agradeço tolerância do Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Paulo Pimenta) - Agradeço a V.Exa.

Nós temos ainda três Parlamentares inscritos e vamos concluir as manifestações.

Pela ordem, Senador Lindbergh Farias.

**O SR. SENADOR LINDBERGH FARIAS** - Desculpe-me, Deputado Duarte Nogueira, de fato o debate dos números da economia não são fáceis para a Oposição. Não queria perder tempo nesse Fla x Flu, Situação e Oposição, mas quero rememorar: primeiro Governo de Fernando Henrique Cardoso, média de crescimento, 2,5%; segundo Governo Fernando Henrique Cardoso, média de crescimento, 2,1%; primeiro Governo de Lula, média de crescimento, 3,5%; segundo, média de crescimento, 4,5%.

Quero voltar ao debate do ano passado, quando o Banco Central, no dia 31 de agosto, teve a coragem de começar o processo de derrubada da taxa de juros, abaixando-a em 0,5%. Qual foi a posição da Oposição nesta Casa? No Senado Federal houve uma posição clara. Diziam: "*O Governo está acabando com a autonomia do Banco Central, não tem mais compromisso com a inflação.*" Se tivéssemos ido pelos caminhos apontados pelos senhores, imaginem a situação que teríamos agora! Mas houve clareza, tanto do Banco Central quanto da Presidenta, em relação ao que fazer naquele momento, e nós estamos abaixando taxa de juros até hoje.

Outras medidas firmes: enfrentar o debate da poupança; abaixar a taxa de juros a 8,5%; construir outro arranjo macroprudencial; a batalha do *spread*, com que todos concordamos. Nós estamos apenas no começo.

Então, senhores, quando eu olho para a Oposição nesse debate, penso que, se tivéssemos ido pelo caminho que os senhores apontavam no meio dessa crise, estaríamos liquidados, porque o caminho dos senhores era outro.

Fugindo do Fla x Flu e entrando na análise em profundidade, se formos ver onde nós podemos ter errado, talvez, Presidente Tombini, aquelas medidas





macroprudenciais... Olhar agora é fácil. No começo do Governo, ao contrário do que dizia o Senador Duarte Nogueira, em que apertamos um pouco mais...

**O SR. DEPUTADO DUARTE NOGUEIRA** - Eu chego lá ainda, Senador.

**O SR. SENADOR LINDBERGH FARIAS** - A Senador? Com certeza. Com seu talento — V.Exa. sabe que sou um admirador —, com certeza vai chegar ao Senado e a outros espaços mais altos ainda, por São Paulo. *(Risos.)*

Mas, saindo do Fla x Flu, quando vemos que, naquele terceiro trimestre de 2011, a economia deu uma retraída, talvez o aperto, aquilo que o mercado dizia, que essas medidas macroprudenciais não iriam servir, talvez tenha tido impacto muito maior, que acabou levando à desaceleração da economia no terceiro trimestre.

Mas, Sr. Presidente, vou emitir minha opinião. Não quero que V.Exa., Presidente do Banco Central, se pronuncie. Mas não dá, num debate como este, para deixar de emitir esta minha opinião sobre o superávit primário — opinião de Senador que está acompanhando os fatos e desdobramentos dessa crise econômica.

Na minha avaliação, se olharmos para a Europa, Deputado Paulo Rubem, a tendência é de agravamento da crise. Não tem jeito. Agora, no dia 17, vai haver eleição na Grécia. O povo grego está decidido a não aceitar aquelas políticas de ajuste. Está aí a coalizão radical de esquerda com 32% dos votos; o Partido Comunista Grego está indo para 14% dos votos.

Se olharmos para o cenário da Europa, ele é de aprofundamento dessa crise. Aí vou para meu questionamento. Nós tivemos um déficit nominal de 2,5% no ano passado. Nossa previsão é cair de 2,5% para 1,2%, déficit nominal só inferior ao da Rússia, melhor inclusive que o da Alemanha.

Vejo a Oposição falando tanto na questão fiscal. Nossa relação dívida/PIB é de 35%, uma das menores do mundo, e nosso déficit nominal é de 1,2%. Por quê? A economia que nós estamos fazendo de serviços de pagamento da dívida, alguns acham que é um dinheiro livre para investimento. Não é. Impacta diretamente na diminuição do déficit nominal.

Na minha avaliação, nós temos uma curva muito acelerada: cai de 2,5% para 1,2%, num cenário de desaceleração econômica no mundo inteiro. Seria um erro. A Presidenta Dilma Rousseff deve estar discutindo isso com seus Ministros, mas eu



acho que, num momento de aprofundamento dessa crise, nós tínhamos que diminuir nossa meta de superávit primário, vinculando aquilo que liberarmos para investimento. Não falo em diminuir a meta do superávit para aumentar custeio ligando ao investimento.

Concluo minha fala dizendo da minha preocupação com a situação de Estados e Municípios. Eu tenho sempre, Deputado Pauderney, repetido isto: o Governo Federal está fazendo políticas anticíclicas, mas a situação de Estados e Municípios é muito difícil. A política nos Estados e Municípios acaba sendo pró-cíclicas. Eles estão demitindo gente, diminuindo investimentos. Então, a meu ver, há espaço para a redução do superávit primário, chamando Governadores, Prefeitos, e vinculando a investimentos.

Eu sei que este não é um tema para o Presidente do Banco Central responder, mas eu não poderia aqui trazer alguma consideração sobre a economia e este momento difícil que o Brasil e todos os países do mundo passam sem levar isso em consideração.

Os senhores vejam que eu vou pelo caminho oposto ao dos meus colegas da Oposição. Eu acho que agora tem que haver uma maior flexibilização fiscal. Aquela medida tomada em 2008... Vale dizer que, na crise de 2008, a primeira medida que o Presidente Lula anunciou foi a redução, ainda em outubro de 2008, do superávit primário. Eu acho que chegou o momento de o Governo da Presidenta Dilma refletir sobre isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Paulo Pimenta) - Obrigado, Senador.

Deputado Cláudio Puty, ilustre representante do Estado do Pará. Depois, Deputado Afonso Florence, da Bahia, e, então, vamos ouvir as manifestações do Presidente, já com suas considerações finais.

Deputado Cláudio Puty.

**O SR. DEPUTADO CLÁUDIO PUTY** - Obrigado, Presidente Paulo Pimenta.

Presidente Tombini, é um prazer tê-lo aqui de novo, diretores Carlos Hamilton e Altamir Lopes, nas pessoas de quem saúdo toda a equipe do Banco Central aqui presente, meus pares, Presidentes de Comissões, Pauderney Avelino, Márcio Reinaldo Moreira, Edmar Arruda. Peço desculpas pelo atraso. Eu estava dirigindo uma reunião da Comissão que analisa a famosa Medida Provisória nº 568, de 2012,



que trata — nós estamos falando de custeio aqui — de proposta de reajuste salarial e de reestruturação de planos de cargos e salários para cerca de 20 categorias de servidores. Temos o Auditório Nereu Ramos lotado de servidores neste momento. Eu sou o Presidente da Comissão Mista de admissibilidade dessa medida provisória. Daí o meu atraso.

O Senador Lindbergh Farias roubou parte da minha intervenção, mas vamos relembrar o ano passado, um pouco antes do período, em que ele falou que nós começamos a inflexão na taxa de juros.

Na vinda anterior do Presidente Tombini a esta Casa, o grande debate era se havia descontrole inflacionário no País — foi o debate do ano passado — e quais seriam as causas desse suposto descontrole inflacionário, se era um problema originado do mercado do trabalho ou pontual no mercado de trabalho, localizado no setor de serviços, generalizado, pontuado, um problema de origem externa, devido a uma suposta inflação de *commodities*.

Vendo o último boletim *Focus*, de 1º de junho, nós temos viés de queda para todos os indicadores. Parece-me que o diagnóstico, as medidas e a previsão do Banco Central estavam corretos. Nós temos concretamente uma convergência, conforme previsto no ano passado, para a meta. Não houve descontrole inflacionário, houve aquecimento do mercado de trabalho, mas dentro da mais absoluta normalidade.

Nada como um dia após o outro. Tivemos o agravamento da crise internacional e temos claramente no Brasil um problema de crescimento econômico. O problema não é mais inflação, se é que um dia ela vai deixar de ser problema. A pauta do dia, inclusive da Oposição, não é mais a inflação, passa a ser uma preocupação com o PIB.

Sem dúvida nenhuma, nós temos um problema. Nós precisamos articular maiores índices de investimentos no País. Parece-me que o Governo Federal tem feito isso. A primeira atitude foi romper com a visão de que o mercado resolveria tudo isso na década 90.

O lançamento do PAC, o programa de investimentos, as alterações no mecanismo de contabilidade de superávit primário, com a retirada dos Sistemas PETROBRAS e ELETROBRAS, que correspondem, se não me engano, a 70% dos



investimentos, foram elementos fundamentais, mas temos um trabalho ainda inconcluso.

Eu gostaria de ouvir dos senhores representantes do Banco Central que medidas consideram fundamentais, ainda que não sendo uma atribuição do Banco Central e ainda considerando a limitação institucional para dar opinião nesses termos, que medidas seriam necessárias para elevarmos a taxa de investimentos?

Em segundo lugar, eu gostaria de ouvir dos senhores como estão avaliando o cenário internacional. Eu perdi a apresentação. Com as mudanças na China, e me parece que ela está finalmente tentando aumentar seu componente de consumo, *vis-à-vis* investimento na composição do seu PIB, talvez com consequências para sua taxa de câmbio no futuro, e com os evidentes problemas na União Europeia, não só na Grécia — a Grécia está saindo —, mas a Polônia está no *Valor Econômico* de ontem ou de hoje comemorando que nunca entrou na União Europeia. Quem diria, um dia, Senador, que a Polônia iria comemorar o fato de não ter adotado o euro, porque ela tem uma moeda cujos termos de troca com o euro permitem que ela seja uma das únicas economias que cresce a taxas quase asiáticas, considerando hoje os padrões da Europa.

Então, temos aí uma dificuldade. Temos, parece-me, uma crise sem perspectivas de ter fim, talvez, não uma convulsão social, mas, durante muitos anos, houve crescimento econômico pífio na União Europeia. E os Estados Unidos ainda estão com medidas de relaxamento quantitativo, assim como a Inglaterra.

Quero ouvir dos senhores a opinião sobre a necessidade e os mecanismos efetivamente tomados para uma coordenação internacional de política monetária. Como é que têm sido as conversas entre os bancos centrais? Parece-me que temos no mundo, e talvez o mundo só consiga se convencer depois de grandes tragédias, como a 2ª Guerra Mundial, a necessidade de uma coordenação de política econômica mais eficaz. Sem isso, e ainda bem que estamos num país grande, vamos ter muitas dificuldades para trazer o mundo de volta ao crescimento, porque vamos ter problemas com taxas de câmbios, excessivo protecionismo e o que os americanos chamam de *beggar-thy-neighbor* — ferrar com o vizinho, importar empregos e tudo o mais.



Portanto, quero ouvir dos senhores objetivamente isto: como elevar a taxa de investimentos no Brasil; quais são as medidas que efetivamente estão sendo tomadas, e o papel do Brasil nisso, para que possamos construir um mecanismo internacional de coordenação de política monetária que não seja aquele que nós testamos na década de 90 do século passado, que não funcionou. Parece-me que estamos precisando de algo mais robusto, quem sabe um novo Bretton Woods.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Paulo Pimenta) - Obrigado, Deputado Cláudio Puty.

O último inscrito é o Deputado Afonso Florence.

**O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE** - Sr. Alexandre Tombini, Presidente do Banco Central, Deputado Paulo Pimenta, Presidente da CMO, Presidentes e Vice-Presidentes de Comissões, Deputados e Senadores, Senador Lindbergh Farias, boa tarde.

Presidente Tombini, em sua apresentação, os números da economia brasileira e este debate demonstram a natureza do debate na conjuntura política em relação aos resultados do Governo da Presidenta Dilma.

Nós implementamos reformas no Estado brasileiro com recuperação de carreiras, preservação de empresas e recuperação de bancos que estavam prestes a serem privatizados, recuperando a capacidade de o Estado investir. Os investimentos do PAC são tanto de volumes vultosos quanto de impacto econômico na infraestrutura do País de grande envergadura. Os resultados de avanço do PAC têm sido apresentados pelo Governo Federal, com a coordenação da Ministra Miriam Belchior, demonstrando que todos os gargalos têm sido superados, e eles estão invariavelmente fora da esfera do Poder Executivo Federal.

Se nós lembrarmos, no início de 2011, estávamos com prognósticos bastante negativos do que seria a evolução futura da economia brasileira, em decorrência da crise mundial e do que se dizia ser uma herança maldita do Governo do Presidente Lula e uma tendência de retorno da inflação, de estagnação econômica e de aumento da taxa de juros. O que a Presidenta fez?

A primeira opção dela foi o lema do seu Governo: país rico é país sem pobreza. Logo em seguida, lançou o Plano Brasil sem Miséria, as medidas macroprudenciais; a redução da taxa de juros para a produção de alimentos, tanto



para o Brasil quanto para o mundo; medidas para o agronegócio brasileiro, tanto empresarial quanto da agricultura familiar — nunca houve taxas de juros tão baixas; seguro agrícola e política de preço mínimo para os alimentos e para as *commodities*.

Mais tarde, com a redução da taxa de juros pelo Banco Central, com aquele debate em que se atribuía a ele a perda da autonomia, a evolução da conjuntura política mostrou que não era isso e sim uma orientação do Banco Central, pela qual o senhor está de parabéns, que é um compromisso não apenas com a estabilidade monetária, com a estabilidade inflacionária, com o controle da inflação, mas também com o crescimento do País.

O prognóstico que o senhor fez na sua apresentação em relação às perspectivas da economia brasileira é atacado naquilo que parece mais caro para o nosso Governo: a combinação do aumento do poder aquisitivo da massa salarial, da renda do trabalhador, da consolidação de um grande mercado interno, inclusive cobiçado por todos os países do mundo, e a capacidade de esse trabalhador, que, até antes do mandato do Presidente Lula, não tinha poder de compra, não havia crescimento. Nós trouxemos crescimento com distribuição de renda, o que se consolidou e ampliou no mandato da Presidenta Dilma. Agora o trabalhador brasileiro tem renda e tem taxa de juros favorável para passar a ter um padrão de vida que antes não tinha. Agora o trabalhador brasileiro tem acesso à geladeira, à televisão, a comer melhor, a comprar carro próprio, que era o sonho de todo brasileiro, de toda brasileira.

A minha pergunta vai naquilo que cabe ao Banco Central, nessa perspectiva desenhada pelo senhor, Ministro, a respeito do próximo período da economia brasileira. Na sua apresentação está mantida a expectativa de que a saída da crise mundial não está posta no curto prazo. Qual a relação entre a continuidade da queda da taxa de juros, comemorada pelos brasileiros e brasileiras e criticada pela Oposição, e a continuidade da capacidade de o trabalhador e a trabalhadora adquirirem bens e serviços para a melhoria da qualidade de vida de seus familiares? Nós temos segurança de que haverá uma redução do *spread* e uma redução da inadimplência? Nós temos segurança de que a atividade econômica continuará em aceleração? A minha expectativa é de que sim.

Obrigado.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Paulo Pimenta) - Obrigado.

Não havendo nenhum Parlamentar, vou devolver a palavra ao Presidente do Banco Central, Alexandre Tombini, para que faça a sua manifestação, respondendo às questões levantadas pelos Parlamentares.

O senhor gostaria de fazer uma questão? Por gentileza.

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - Nós fomos citados. Eu queria o direito de resposta. A Oposição não se colocou... Não sei de onde se tirou isso, Presidente. Pelo contrário. É um movimento saudável. Eu queria fazer uma breve reflexão, porque foi colocado isso como se houvesse um diagnóstico equivocado das forças de oposição. No nosso ponto de vista, o problema não está na órbita da política monetária. O Banco Central se consolidou como uma das grandes agências, ilhas de excelência num organismo de Estado, com uma equipe competente, profissionalizada, que maneja muito bem.

Durante toda a história do Plano Real, a âncora monetária foi sobrecarregada pela inação em relação a outro conjunto de medidas que não estão na órbita do Banco Central. Então, aplaudimos, pelo contrário do que foi dito aqui. Nós sempre falamos que era uma necessidade premente, que não havia nenhuma razão genética para o Brasil ter a mais alta taxa de juros do mundo. Não havia nenhuma razão sistêmica. É claro que a inflação preocupa. O preço é a eterna vigilância.

Eu queria introduzir a primeira pergunta. Como vocês veem o impacto do realinhamento cambial dos preços? Eu também estava preso, como o Puty, na audiência pública. Então, a primeira questão é esta: qual o impacto no câmbio. Política econômica é isto mesmo: cobertor curto; puxa de um lado, vaza do outro. Todo mundo queria que o câmbio melhorasse a competitividade das exportações e tal, mas tem impacto inflacionário. Então, como o Banco Central dimensiona isso?

Quero deixar claro que as Oposições colocam que o que há de lacuna na ação do Governo é a sua timidez, a sua falta de vocação reformista. Quer dizer, o crescimento puxado pelo crédito, pela expansão do consumo, claramente está esgotado. Não é possível crescer de forma sustentada, com uma taxa de investimento de 17% do PIB. Então, está faltando coragem para fazer a reforma tributária, coragem para radicalizar as parcerias com o setor privado. Privatiza-se pouco, mal, de forma insuficiente e envergonhada.



Então, só queria colocar, primeiro, o verdadeiro posicionamento das Oposições, que não têm essa caricatura que às vezes é feita, segundo, essa questão do câmbio e a questão de como é a avaliação do banco sobre a expansão do crédito, o nível de endividamento das famílias e a possibilidade de isso ainda continuar alavancando o crescimento pelo lado do consumo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Paulo Pimenta) - Obrigado, Deputado Marcus Pestana.

Senhores, senhoras, agradeço pelas manifestações.

V.Exa. prefere um microfone sem fio ou esse está bom? *(Pausa.)*

Presidente do Banco Central, Alexandre Tombini, a palavra está a sua disposição, para que possa dar suas respostas.

**O SR. MINISTRO ALEXANDRE ANTONIO TOMBINI** – Muito obrigado, Presidente. Muito obrigado a V.Exas., Deputados e Senadores, pelas questões colocadas.

Começando pela ordem, o Deputado Edmar Arruda menciona a distensão monetária que ocorre no País há alguns meses com a queda da taxa de juros do Banco Central, a taxa SELIC. Quando esse processo, a que ele se refere, de redução lenta, essas novas condições monetárias e financeiras estabelecidas pelo Banco Central chegariam ao tomador final? A oferta de crédito pode estar crescendo menos do que se gostaria no momento.

Em relação ao comportamento do sistema dos bancos, em resposta à política monetária do Banco Central, o que eu diria neste momento, e tenho dito inclusive para o sistema, é que na nossa outra missão do Banco Central como regulador, supervisor do sistema, esse é um debate que não se restringe ao País, mas está na raiz também da reforma regulatória internacional, que é fazer com que o sistema coopere de uma forma mais neutra ao longo do ciclo econômico, ou seja, quando a economia vem crescendo, não se deve acelerar demais o processo de concessão de crédito e também, quando a economia desacelera ou quando ela inicia o processo de retomada, como estamos vivendo neste momento, não se deve retrair em demasia. Então, deve-se ser mais neutro ao longo do ciclo econômico e de preferência ser um pouco anticíclico ou contracíclico, ou seja, agora não ser excessivamente conservador porque se está sofrendo no momento um aumento da





inadimplência, que não foi criada hoje, foi criada lá atrás, quando se concedeu o crédito, talvez, além do que deveria naquele momento.

O nosso papel de regulador é a vigilância contínua em relação à saúde das instituições, especialmente do sistema como um todo e, quando surgem os problemas, tratamos de circunscrevê-los na sua origem e assegurar a estabilidade sistêmica.

No Brasil nós temos uma peculiaridade: o Banco Central tem as duas missões. Por muito tempo, antes da crise financeira internacional 2007/2008, o que ocorreu no mundo foi uma tendência à separação da supervisão e regulação do sistema financeiro, afastando-se da autoridade monetária. O que se viu na crise foi que o prestador de última instância acaba sendo a autoridade monetária. Então, ficou mais claro que havia um ganho em se ter as duas missões dentro da mesma estrutura, como é o caso do Banco Central do Brasil, como é o caso brasileiro, onde nunca houve essa separação.

Isso tudo foi para dizer que estamos acompanhando o processo de transmissão da política monetária. Um dos canais de transmissão é o canal do crédito, é o canal a que V.Exa. se refere, ou seja, por que o Banco Central baixa ou distende as condições monetárias e financeiras e isso não chega na ponta? Está começando a chegar e vai chegar cada vez mais. Há defasagens, e no caso desse canal a nossa visão é essa, ou seja, nem tanto acelerando quando a fase da economia está boa e nem tanto retraindo quando a economia começa a retomar de maneira ainda lenta, já ganhando alguma velocidade.

Nós estamos acompanhando esse processo para que de fato a redução de juros chegue ao tomador final do crédito e com isso a nossa política se transmita de uma forma mais eficaz, com maior eficiência, no caso da política de redução da taxa básica de juros.

Eu não podia deixar de me referir também que foi mencionado por alguns dos Parlamentares aqui presentes o fato de que a última vez que aqui vim havia todo um debate sobre o descontrole na inflação. Nós já sinalizávamos naquele momento, como o Deputado Cláudio Puty se referiu, que a inflação subiria até setembro e ali começaria um processo de convergência em função também das defasagens das políticas que o Banco Central e o Governo adotaram naquele começo de 2011. Isso



de fato aconteceu. Para aqueles que diziam que a inflação iria para 10% e fugiria ao controle, digo que isso não ocorreu. O que ocorreu foi a convergência da inflação, um processo sólido de convergência da inflação, que estamos acompanhando. Naturalmente, é nossa função. O Banco Central vê a continuidade do processo de convergência da inflação em relação à meta de inflação.

Passando aos questionamentos e afirmações do Deputado Rodrigo Maia, em relação a dados da indústria e da expansão do PIB, há projeção do Banco Central, no Relatório Inflação de Março de 2012. No final do mês de junho, será publicado o Relatório Trimestral de Inflação com novas projeções de todas as variáveis, mas a projeção até o momento é a que vigora de março de 2012, ou seja, com expansão de 3,5% do PIB neste ano.

O mercado, como V.Exa. se referiu, tem perspectivas diferentes dessa, algo abaixo de 3% para o ano. Para o ano que vem, as projeções do mercado estão em torno de 4% a 4,5% de expansão para a economia brasileira. Acreditamos que, em razão das defasagens, quando os estímulos já foram dados à economia brasileira, esse crescimento se acelera ao longo do ano. No final do mês, o Banco Central terá a oportunidade de eventualmente revisar a projeção de crescimento de 3,5%.

Em relação à indústria, quero fazer uma referência à projeção para o ano, que é de estabilidade do mercado. Para o ano de 2013, o crescimento, em linha com o PIB, será em torno de 4,2% na indústria no ano vindouro.

Em relação ao PIB do primeiro trimestre, o crescimento industrial no PIB foi da ordem de 1,7%, comparado com o mesmo período do ano anterior. Há várias afirmações em relação ao sistema bancário nacional. O Deputado menciona que sua visão não coincide com a visão aqui exposta da situação do sistema financeiro.

Quero dizer que discordo, naturalmente. A situação do sistema financeiro, não dita por nós, mas dita inclusive por órgãos externos, é de liquidez adequada. Vimos os números com níveis de liquidez do sistema maiores do que a maioria das outras jurisdições, com nível de capitalização elevado, com nível de provisionamento acima do que é a perda. Apesar de a inadimplência estar subindo, o sistema tem cobertura para enfrentar essa inadimplência, além de ter capital e liquidez. Ao longo do tempo, tem apresentado níveis de rentabilidade elevados e também oferece um colchão para dar conta da segurança do sistema.



Em relação ao segmento de bancos pequenos e médios, hoje há no Brasil 128 bancos classificados na condição de pequenos e médios. Eles estão sob constante monitoramento e supervisão do BC, como também as outras instituições. O segmento dos bancos pequenos e médios hoje representa 17% dos ativos totais do sistema financeiro. No que se refere à carteira de crédito do sistema financeiro, representa quase 14% — 13,4%, para ser mais preciso, segundo os últimos dados.

Em relação aos depósitos do sistema financeiro, o conjunto de bancos pequenos e médios chega a 15%. Esses bancos, como V.Exa. bem disse, atuam em diversos nichos de mercado diferenciados, alguns no crédito e varejo; alguns no atacado, financiando no atacado; alguns são bancos de tesouraria — não lidam diretamente com varejo, mas com operações de mercado; outros são bancos de negócio; alguns bancos são vinculados à montadoras tanto na área de veículos leves como também na de caminhões e outros veículos.

Na maior parte, os créditos são direcionados à pessoa física e a empresas de pequeno e médio portes. Então, esse é um segmento extremamente importante para o sistema financeiro e para a economia brasileira.

Esse é o enfoque que o Banco Central procura dar a esse sistema, brindando com uma supervisão intrusiva, forte e bastante ativa, mas também reconhecendo a importância para o processo de crédito, inclusive para a concorrência no sistema financeiro. Grande parte do resultado que se obteve nos últimos anos em relação à redução de *spreads* tem a ver a ação dessas instituições. Então, temos claramente essa visão.

Nesse sistema, apesar dos episódios mencionados pelo ilustre Deputado, o segmento de bancos pequenos e médios registrou, no primeiro trimestre de 2012, um lucro de 1,6 bilhão de reais, o que equivale a 11% do lucro do sistema financeiro nacional.

Tem um nível de capitalização satisfatório — de novo, o nicho dos pequenos e médios — e o índice de Basileia, índice de capital em relação aos ativos ponderados pelo risco. Nós vimos que o sistema como um todo está na faixa de 16. Para esses segmentos, os bancos pequenos e médios estão na faixa de 17%, ou seja, não apenas o sistema financeiro é sólido, quer dizer, tem rentabilidade, liquidez, capital e provisão, como também esse *cluster*, esse subsegmento



importante do sistema financeiro denominado bancos pequenos e médios, 128 instituições, também apresenta solidez no que se refere à liquidez de capital, rentabilidade. Enfim, é uma força importante de concorrência no sistema.

Nós monitoramos diariamente essas instituições, assim como as outras. Certamente, quando surgem problemas, eles são identificados pelo Banco Central e agimos de acordo com a lei, com a regulação, de forma a responder efetivamente e a fazer com que, quando surgem os problemas, eles se circunscrevam a casos específicos.

Para o caso específico que V.Exa. menciona, do Cruzeiro do Sul, o Banco Central, ontem, decretou Regime de Administração Especial Temporária — RAET. É um banco que representa 0,22% dos ativos totais do sistema financeiro nacional e representa 0,35% dos depósitos passivos em geral do sistema financeiro nacional. Então, é um banco de pequeno porte. Esse é o caso que V.Exa. mencionou.

**O SR. DEPUTADO RODRIGO MAIA** - Temos de tomar cuidado, porque se menciona o percentual e nós nos esquecemos dos números. V.Exa. não deve achar que uma fraude de 1,3 bilhão de reais é um número pequeno para um país com tantas desigualdades como o Brasil.

**O SR. MINISTRO ALEXANDRE ANTONIO TOMBINI** - Tanto não é que decretamos, no dia de ontem, o Regime de Administração Especial Temporária na instituição que V.Exa. menciona.

A lei nos confere três tipos de intervenção: a liquidação, a intervenção e o Regime de Administração Especial Temporária. Esse regime tem tempo definido. No caso específico, decretamos 180 dias, renováveis por mais 180 dias. Ele tem algumas características: afasta de imediato a gerência, indisponibiliza os bens da gerência, da administração e do controle, mas mantém a instituição operando normalmente. Os passivos não vêm a vencimento, vencem nas datas programadas. Os ativos continuam sendo gerenciados. Neste momento, o Banco Central decidiu por esse regime, que seria o mais adequado para o caso específico.

Em relação a alternativas e a outros casos, foram referidas soluções de mercado. As soluções de mercado não se confundem com a responsabilização dos administradores, das pessoas envolvidas em irregularidades. Mesmo nos casos



citados, onde a solução de mercado foi viabilizada, com menor contágio possível para o sistema, a responsabilização ocorreu.

Os processos administrativos foram abertos, as penalidades foram impostas e isso vem sendo a tônica em todos os casos mencionados anteriormente.

Em relação ao papel do Fundo Garantidor, ele tem de ser entendido dentro da estrutura de segurança do sistema financeiro nacional. Parte dessa estrutura, ele executa funções específicas nela, funções que não se confundem com o papel da autoridade reguladora e supervisora. Trata-se de uma entidade de direito privado que oferece mecanismos de proteção aos depositantes e a outros credores, bem como tem o papel de prevenção na insolvência do sistema e de outros riscos associados. Ela é capitalizada exclusivamente pelas instituições financeiras e atende a todos os requisitos do Decreto-Lei nº 2.321, de 1987, que instituiu o RAET, para ser a gestora do processo do RAET.

Nesse caso, foi mencionada, e eu confirmo, a decisão de ontem do Banco Central de decretar esse regime, que foi entendido como o regime mais adequado, que não afasta a solução de mercado. Ao longo desse processo, é possível uma solução de mercado.

**O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO** - Houve interesse do mercado imediato?

**O SR. MINISTRO ALEXANDRE ANTONIO TOMBINI** - Bem, se houve, não chegou nenhuma proposta viável para o Banco Central avaliar. O Banco Central avalia, sempre que há um negócio no setor financeiro. Nós não avaliamos as condições do negócio, nós não avaliamos as oportunidades do negócio. O nosso papel, como regulador, é certamente tratar de entender qual é a estrutura de controle que resulta de um processo de fusão, de aquisição, etc., e avaliar os impactos desse que é um ato de concentração, aquisição, fusão, etc., sobre a concorrência do sistema. É sob esses dois prismas que o Banco Central avalia. Mas, nesse caso específico, não chegou nenhuma proposta ao Banco Central para ele avaliar.

Foi decretado esse regime, cujo gestor é o Fundo Garantidor de Créditos.

**O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO** - É a primeira vez que o Fundo Garantidor assume?



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Edmar Arruda) - Nós precisamos deixar o nosso Presidente concluir as respostas. Por gentileza, já começou a Ordem do Dia, e nós precisamos que o Presidente conclua. Por favor, se ainda houver algum questionamento, eu posso analisar se nós vamos abrir no final. A princípio, foram feitos todos os questionamentos, e eu gostaria que o Presidente concluísse todas as respostas, e depois nós avaliamos os questionamentos.

**O SR. MINISTRO ALEXANDRE ANTONIO TOMBINI** - Essas são as primeiras manifestações que gostaria de colocar sobre os questionamentos e afirmações do Deputado Maia.

O Deputado Pauderney Avelino também fez colocações referentes a esse caso.

Eu queria de dizer que a fiscalização do Banco Central tem-se aprimorado ao longo do tempo. Esses casos que nós vimos fazem parte do processo de saneamento do próprio sistema. Eu acho que a fiscalização, a regulação, a ação do Banco Central têm sido pautadas em fazer com que o sistema financeiro seja cada vez mais sólido nas suas diversas dimensões: na dimensão da liquidez, do capital, da provisão. Nós temos atuado nesse sentido.

O saneamento faz parte de um processo que visa aumentar a solidez do sistema, e não de enfraquecê-lo. Certamente, não seria admissível deixar instituições que não têm condições de sobreviver de maneira adequada e prudente operar um sistema sem algum tipo de ação da autoridade regulatória. Isso tem sido feito. Desde que o Banco Central identifica os problemas, ele trata de circunscrevê-los e de agir de modo a dar continuidade a todos os processos punitivos que forem necessários, de notificar e passar todas as informações às autoridades competentes nas áreas criminal e judicial.

O Banco Central tem agido nesse sentido, tem aprimorado a sua ação fiscalizatória e continuará o processo contínuo de aperfeiçoamento das suas ações e das suas missões.

Em relação às perguntas relativas ao *spread* que o Deputado Pauderney Avelino menciona, certamente o nosso papel como órgão regulador é acompanhar esse processo e ter uma agenda no sentido de que essa diferença entre a taxa básica de juros e a taxa ao tomador final seja a menor possível, dentro da prudência.



Então, já desde 1999, o Banco Central vem trabalhando numa agenda de médio e longo prazo.

Foi feito um grande progresso na questão da redução dos *spreads*; há terreno para ser trilhado nesse processo; e o Banco Central tem um papel importante de dar as condições para que as instituições financeiras reduzam essa diferença entre as taxas de captação e as taxas ao tomador final.

A taxa do Banco Central, obviamente, responde a outra lógica: a lógica da política monetária, a lógica da estabilidade monetária. É em cima disso que o Banco Central atua com sua taxa básica. Mas, para que ela seja mais efetiva e, tanto na subida quanto na descida, chegue ao tomador final, quanto menor for esse *spread* mais desobstruído será o canal de transmissão da política monetária. Nós temos interesse, inclusive, pelo ângulo da eficácia da política monetária.

Em relação à sua consideração sobre sacrifício da meta de inflação, eu fico satisfeito de que a questão da inflação tangenciou apenas os nossos debates hoje. V.Exa. reconhece a ação do Banco Central nessa matéria. De fato, nós tivemos grandes progressos em afastar o risco do descontrole inflacionário e fazer com que a inflação, de fato, convirja para a meta estabelecida para o País.

Nós estamos num processo de convergência. O fato de que o Banco Central faz referência a crescimento, qualquer banco central do mundo faz referência a crescimento. Alguns têm a meta de crescimento no seu mandato, o que não é o caso do Banco Central, mas indiretamente, como foi dito aqui, a estabilidade monetária não é um fim em si mesma, mas é uma necessidade para se atinjam outros objetivos maiores. Mas é disto que o Banco Central brasileiro se incumba: assegurar a estabilidade monetária e a estabilidade do sistema financeiro.

Em relação à estabilidade monetária, acho que nós estamos no caminho certo. Com referência ao crescimento, eu já falei no Congresso, lá na CAE, recentemente, que não é por outra razão que o Banco Central vem reduzindo os juros desde agosto: porque identificou que o crescimento da economia brasileira vem vindo abaixo do potencial, logo, as pressões inflacionárias diminuem e se vislumbra a convergência da inflação para patamares menores — no nosso caso, em direção à meta.



Então, quando o Banco Central fala em crescimento, ele está falando com olho na inflação e com olho em fazer com que esse processo de convergência da inflação para a meta estabelecida para o Banco Central se materialize. Então, é isso que nós estamos...

A crise não é nossa, a crise é lá fora. Como V.Exa. mencionou, ou outro Deputado, trata-se aí de uma segunda volta da crise da 2008. A repercussão fiscal da queda grande das receitas, do aumento dos gastos com intervenções que foram feitas nos sistemas financeiros em várias direções, isso criou um peso para a economia em outros países, e a relação dívida/PIB subiu em alguns países, mais do que dobrou. Isso demora tempo.

Nós não estamos vivendo a situação ao contrário, como foi dito aqui: as nossas contas fiscais estão melhorando, nós temos mais reservas, temos mais liquidez, estamos reduzindo taxas de juros. Nós tínhamos juro para reduzir, outros países não têm juros; as jurisdições que têm juros a 1% estão debatendo se vão reduzir ou não. Nós tivemos condições de fazê-lo.

**O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO** - Estão com juros negativos.

**O SR. MINISTRO ALEXANDRE ANTONIO TOMBINI** - Então com juro real negativo. Várias jurisdições, já mostrei aqui no Congresso, vários colegas de outros Bancos Centrais com juro de política negativo. A SELIC deles é menor do que inflação, mas ainda estão considerando redução de juros.

O nosso caso é diferente. E esses estímulos vão ser sentidos na economia. Há defasagem de operação desses estímulos.

Em relação a considerações do Deputado Roberto Santiago...

**O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO** - O senhor não falou sobre a meta de crescimento.

**O SR. MINISTRO ALEXANDRE ANTONIO TOMBINI** - A meta de crescimento?

**O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO** - Isso.

**O SR. MINISTRO ALEXANDRE ANTONIO TOMBINI** - Não, eu acho já que mencionei anteriormente. Desculpe-me, Excelência, mas eu falei que as nossas projeções atuais são de 3,5 e nós vamos revisar no final deste mês. O mercado está





com projeções mais baixas do que o crescimento do PIB este ano. O produto, 2,7, o mercado, 2,7 — o Deputado Rodrigo Maia está sintonizado.

As projeções do mercado para o ano de 2013 são de 4,5, salvo engano. Nós não temos projeções de crescimento, mas o que temos, neste momento, é que a economia brasileira vai ganhar tração, em função das defasagens, em função de tudo que está sendo feito. No segundo semestre, cresce mais do que no primeiro, naturalmente. Este trimestre já está crescendo mais do que no primeiro trimestre do ano. Nós vamos pegando velocidade.

Isso em função das próprias defasagens de atuação. Lá trás, quando contraímos a política, todos achavam que não viria, viria. Claro que foi adicionado a isso a crise internacional, que gerou uma situação em que tivemos que reverter a política. Mas, crescimento é isso. Nós, ao final do mês, sairemos com a nossa projeção para o ano, mas nós estamos preparados. Quer dizer, a nossa economia vai se recuperar, a crise não é aqui, a crise é lá fora. Naturalmente, nós temos que nos preparar para as repercussões. E estamos preparados para isso.

As questões também do Deputado Paulo Rubem Santiago foram sobre endividamento, ações de desoneração, enfim, os limites do endividamento. Creio que vou mencionar, Deputado, que o Banco Central cuida das condições de demanda da economia. Ele age na economia sob as condições de demanda. Há outras políticas que também afetam as condições de demanda, por exemplo, a política fiscal. Mas a política fiscal também envolve escolhas: escolhas do Parlamento, escolhas do Governo, se se investe mais, se se consome mais, se se gera mais gastos correntes, enfim, o *mix* também entre tributação e gastos. São decisões que fogem, que estão fora do Banco Central, que afetam as nossas políticas.

O que eu poderia dizer em relação aos comentários de V.Exa. é que, dada a política fiscal operada pelo Governo, no ano passado e neste ano, isso repercutiu sobre as nossas ações. Então, também não é por outra razão, senão pelo conjunto consistente de política que conseguimos alterar o *mix*. Obviamente, há outras questões envolvidas, mas se abre a possibilidade para que o investimento privado, também, enfrente uma situação de condições monetárias e financeiras mais



favorável. Não depende só de nós, mas obviamente as condições são melhores hoje do que já foram no passado em relação a juros e às condições financeiras em geral.

O Deputado Audifax menciona também uma preocupação — não o vejo aqui — com os bancos pequenos e médios.

Creio que na minha intervenção respondendo às questões do Deputado Rodrigo Maia já fiz referência ao modo que o Banco Central vê a situação dos bancos pequenos e médios. É uma situação sólida, rentável, eles têm um papel importante, especialmente no financiamento de pequenas e médias empresas, no financiamento à pessoa física, têm capital, enfim, têm condições de liquidez apropriadas.

Não se preocupe tanto, certamente nós temos que nos preocupar, no Banco Central, mas essa é nossa visão em relação a esse importante segmento do sistema bancário brasileiro.

Em relação a juros e tarifas, acho que, na questão das tarifas bancárias, houve avanços regulatórios importantes em passado recente, nos últimos 3 ou 4 anos. Nós conseguimos padronizar todas as tarifas bancárias, reduzir o número. Hoje, as tarifas são comparáveis. Hoje, até a descrição da contraprestação do serviço é homogênea. E esse foi um processo longo de debates, com discussão inclusive aqui na Câmara dos Deputados, na Comissão de Defesa do Consumidor, que participou de todos esses trabalhos.

Nós, do Banco Central, disponibilizamos todas as taxas de juros, *spreads*, as tarifas bancárias, e isso pode ser acompanhado por todo o cidadão, enfim, para que faça suas melhores escolhas de acordo com aquilo que melhor o atender em termos de serviços bancários, em termos de custos.

Ele também questiona se a recessão chegará ao Brasil e como ficaria a SELIC, a meta de inflação, enfim. As condições que coloquei aqui na apresentação são de um crescimento da economia global mais fraco do que se supunha originalmente. Isso tem reflexo em várias áreas do globo. O Brasil está numa posição privilegiada, do ponto de vista de que tem instrumentos de política, que já estão sendo acionados há algum tempo. Diria que o Brasil está à frente desse processo. Estamos agora retomando a atividade. Mas nós já estamos distendendo



as condições lá trás, inclusive, fomos pioneiros, pode-se dizer assim, nesse processo de distensão das condições.

Eu falei que tínhamos mais uma oportunidade de fazê-lo por conta da nossa realidade, mas certamente nós o fizemos lá trás, em final de agosto e início de setembro. Outros Bancos Centrais também adotaram políticas semelhantes em períodos mais à frente.

Então, já estamos nesse processo há algum tempo. Há defasagens envolvidas. O crescimento veio no primeiro trimestre menor do que se esperava, mas agora vemos uma retomada ao longo do tempo. O crescimento deve se acelerar no ano de 2012, especialmente no segundo semestre.

Em relação às questões do Deputado Duarte Nogueira, o setor externo sempre esteve nos cálculos do Banco Central. Inclusive, foi muito criticado por ter, já em janeiro de 2011, dito que a complexidade do setor externo da economia global era tamanha que precisávamos — nós, Brasil, mas o Banco Central em particular — de um esforço analítico redobrado. Isso foi dito em janeiro de 2011, enfim, no momento não foi bem entendido, mas certamente aprofundamos o nosso monitoramento da economia internacional, por todas as suas implicações para o Brasil. Isso foi, digamos, um aspecto positivo da nossa avaliação, que nos permitiu ajustar as políticas de maneira tempestiva, dada a mudança na conjuntura global, principalmente em agosto.

Eu mostrei aqui um gráfico. Houve uma revisão grande do crescimento global a partir de agosto de 2011. Todo aquele problema da discussão do teto da dívida americana, em julho, e depois a revisão forte nas perspectivas de crescimento de Estados Unidos e Europa se deram ao longo do mês de agosto. Então, esse foi um indicador importante para nós, no Banco Central, digamos, ajustarmos a nossa política.

Acho que os pontos da agenda são vários. Eu apresentei alguns aqui. Há, sim, pontos da agenda estrutural; há pontos que vêm já de algum tempo. Na apresentação, eu listo um rol. Mas eu diria que também, antes disso, houve toda uma reformulação. A própria Lei de Falências foi um marco nas reformas microeconômicas brasileiras. Não é algo tão distante, está aí na última década, digamos assim.



Todas as mudanças que houve no mercado imobiliário, ali na ação fiduciária, patrimônio de afetação, enfim, criaram condições de maior segurança no financiamento imobiliário. Esse financiamento tão importante para a economia, com a abertura do mercado de resseguros, a criação de instrumentos financeiros, títulos imobiliários, títulos agrícolas. O próprio processo de inclusão financeira, que decolou no País. Nós dobramos o número de contas. O desenvolvimento do mercado de correspondentes bancários permitiu, inclusive, que bancos sem redes atuassem em nichos importantes e que forçassem a concorrência no sistema, enfim, as cooperativas de crédito. Mencionei agora o fundo de Previdência do setor público, recentemente aprovado. E há uma série de medidas que apontam na direção de mudanças estruturais que preparam o País para o futuro.

Em relação à eventual contradição na política creditícia, primeiro, só para ajustar aquele dado, o dado que tenho do crédito são 2,1 trilhões de reais. Quatro, 5 trilhões de reais seriam os ativos totais do sistema, mas o crédito na faixa de 2 trilhões de reais.

Certamente o País precisa de investimentos. Agora, o que move a economia é que, em qualquer economia, a economia continental como a brasileira ou a economia americana, dois terços dela é consumo, os demais são o setor externo, o investimento. O investimento dá a conta da dinâmica e cria condições para o futuro, mas dois terços da economia são o consumo. Então, o consumo tem que ser cuidado. No País, houve a incorporação de 35 a 40 milhões de pessoas na classe média, o que criou um mercado de consumo doméstico respeitável, que precisa ser trabalhado, precisa ser consolidado.

**O SR. DEPUTADO RODRIGO MAIA** - Diminuiu com o aumento do dólar.

**O SR. MINISTRO ALEXANDRE ANTONIO TOMBINI** - Precisa ser consolidado. Inclusive, para incentivar o investimento privado, o consumo não precisa estar explodindo, crescendo a taxas muito fortes, mas precisa crescer.

O que eu procurei apresentar aqui foram alguns elementos, alguns fatores que apontam na direção de sustentabilidade do consumo. Tem-se a renda real crescendo e o emprego crescendo. Foram criados 1 milhão e 400 mil empregos nos últimos 12 meses, o que aumenta a massa salarial, cria-se um lastro.



O crédito desacelerou. Ele está pegando aos poucos, desacelerou um pouco forte demais, mas vai continuar crescendo. O balanço, o saldo do crédito cresceu na faixa de 18%, em abril. Ou seja, o crédito também dá sustentação ao consumo. Então, é importante que o consumo continue, porque é isso que dá, digamos, a propagação do crescimento e o investimento vem a reboque. Há medidas para isso.

Acho importante o foco em cima do investimento, para criar as condições para que cresçamos, no futuro; para que cresça o produto potencial da economia, ou seja, aquela taxa de crescimento que não acelera a inflação. Então, é importante isso.

Quero agradecer as palavras ao Senador Lindbergh Farias, sempre apoiando as políticas do Banco Central. Ele fez alguns comentários sobre a questão do primário, enfim, diante de um cenário mais adverso. Mas vou aceitar a oferta dele de não me pronunciar sobre o assunto, porque não é da nossa área. Certamente nos interessa acompanhar essa evolução, porque isso tem repercussões sobre nossas políticas.

Quero agradecer ao Deputado Cláudio, também, pelas palavras dirigidas ao Banco Central, fazendo referência à questão da inflação em nossa última discussão na CMO, no final do primeiro semestre do ano passado.

Medidas para estimular o investimento. Creio que, com este novo *mix* de políticas adotado nos últimos meses no País, criam-se pelo menos condições do custo do capital, que do nosso ponto de vista são compatíveis com o nosso trabalho de fazer com que a inflação convirja. Mas esse ambiente que se criou também, com o auxílio da política fiscal, cria condições melhores para o setor privado, digamos, ocupar espaço na economia. Nós vimos a relação dívida/PIB caindo a 35%, ela vai numa direção ainda mais baixa. Tem-se um déficit nominal de 2,5, 2,4 hoje. Possivelmente, caia um pouco mais em curto prazo. Esse é um espaço que se abre também para o investimento privado tomar.

Dentro do espaço fiscal, creio que sempre o investimento público, apesar do investimento da economia ser dominado pelo investimento privado, tem um papel pedagógico, indutor, do investimento privado, principalmente o investimento em infraestrutura. O que puder ser feito para azeitá-lo, tenho certeza de que a Presidente tem trabalhado nesse sentido, inclusive, para aprofundar essa tendência no futuro.



Em relação ao cenário internacional, então, abstive-me de fazer especulações sobre desdobramentos por conta da fluidez do cenário internacional, mas o que disse aqui, que acho ser a nossa visão no Banco Central, é que a economia cresce menos do que se supunha há algum tempo, pelo menos, no ano passado em relação aos próximos dois anos, em função dessa crise fiscal. O nível de liquidez é amplo, em função das reações dos vários governos, vários Bancos Centrais, para tentar reativar as economias.

Nós temos possivelmente um cenário para a inflação no Brasil, vindo da área externa com viés desinflacionário, em função de um crescimento menor de ajuste nas *commodities*.

Certamente, em termos da nossa posição, do País em relação à arquitetura financeira internacional, primeiro, essa nova arquitetura deve se refletir na governança dos diversos organismos internacionais. Então, essa é uma parte mais, digamos assim, da questão da governança. Agora, é importante que esses organismos reforcem a linha de defesa, não tanto para as economias envolvidas hoje no processo mais agudo da crise. As economias europeias têm condições de responder a esses desafios, mas outras economias em desenvolvimento, talvez não seja o caso do Brasil, que tem condições de participar desse processo, desde que as governanças desses organismos internacionais reflitam sobre o novo peso relativo das economias emergentes de participar, ajudando a fortalecer o muro de proteção, principalmente das economias em desenvolvimento, em relação à economia mundial, crescimento que está sujeito a eventos extremos.

A Presidenta Dilma tem falado isso, o Ministro da Fazenda, o Presidente do Banco Central. Nós temos atuado nesses fóruns internacionais, dizendo que o Brasil pode contribuir — e isso tem que ser refletido nas governanças internacionais — assim como outros emergentes, pode haver um papel construtivo de nossa parte, principalmente para os demais países que podem ser afetados inocentemente pela situação econômica internacional.

Quero agradecer ao Deputado e colega Afonso pelas palavras em direção ao Banco Central. A nossa visão é essa. A situação internacional não se resolve no curto prazo, é baixo o crescimento. Nesse processo, como eu disse aqui, o Brasil já está, de certa forma, adiantado em relação a outras economias e já vem



distendendo as condições monetárias e financeiras, vem tomando medidas. Não paramos por aí em termos de país. Em relação ao Banco Central, temos avançado, desde o final de agosto, na distensão das condições monetárias. Temos que avaliar com esforço analítico redobrado a situação internacional para definir os próximos passos.

Em relação ao questionamento do Deputado Marcus Pestana sobre a questão do crédito, a nossa visão é de que ele não precisa travar no momento em que a economia começa a se recuperar. Para a questão do endividamento das famílias estamos olhando com atenção, mas há uma série de fatores. Eu procurei apresenta-los aqui. A inadimplência vai recuar ao longo do ano. O próprio crescimento do emprego com a queda da inflação; o fato de que as dívidas no Brasil são de mais curto prazo em relação a outras jurisdições. O processo de melhoria das condições, do balanço das famílias é mais rápido de ocorrer esse reparo nessa situação. A redução das taxas e os *spreads* também promovem melhoria nas condições de financiamento e até de refinanciamento. Há uma série de indicadores que apontam na direção. Já temos indicadores, inclusive naquelas linhas mais afetadas, que indicam uma safra melhor de crédito no segundo semestre de 2011 e uma redução em direção ao final do ano e do próximo ano.

Em relação ao consumo, também repito que, para reativar o investimento, é importante que o consumo se perpetue. Não precisa crescer numa velocidade exagerada, mas que ele se perpetue porque é o que dá continuidade à expansão econômica.

Em relação a repasse cambial, como demonstrei aqui na apresentação que está com V.Exa., o movimento recente do real está muito alinhado com o movimento internacional do dólar. O real foi, em maio, talvez a moeda que mais aderiu ao movimento internacional do dólar para o outro. O dólar se valoriza 5,5, e o real se valoriza 5,5 em relação ao dólar. Então, em relação à cesta de moedas, ele fica... De fato, o câmbio andou nesses últimos meses. O que conhecemos, do ponto de vista dessa transmissão para dentro da variação cambial, é que, ao longo de vários anos de sistema de metas e câmbio flutuando, o repasse cambial se reduz ao longo do tempo.



Há estudos que dizem que o repasse, no curto prazo, é em torno de 3% e cresce no longo prazo, mas primeiro é preciso ver onde se estabiliza. Esse é um movimento internacional do dólar, que tem a ver com o ambiente internacional, que está ainda muito fluido, para depois se fazer uma avaliação. Naturalmente, os índices gerais de preço, os índices ao atacado já refletiram de pronto esse impacto. Agora, a transmissão para o consumidor depende de outras considerações, inclusive da velocidade de crescimento da economia, que neste momento está começando, vai pegar mais velocidade. Neste momento não há condições para uma transmissão mais forte dessa variação cambial recente para os preços domésticos.

Essa é a nossa visão.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI SIRAQUE** - Sr. Presidente, em nome da bancada do PT, em nome da Liderança do PT, nós queríamos agradecer a presença do Dr. Alexandre Tombini e de toda a equipe do Banco Central. Queremos agradecer também ao Rodrigo Maia, que demonstra que esta é uma Casa democrática.

Conseguimos fazer a reunião com as diversas Comissões em conjunto. Inclusive, houve compreensão e o debate foi de alto nível, tanto da Situação quanto da Oposição. Portanto, estão todos de parabéns, e agradecemos. É assim que deve ser feito no Poder Legislativo, tanto na Câmara quanto no Senado.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Edmar Arruda) - Agradeço o comparecimento do Presidente do Banco Central do Brasil, Dr. Alexandre Antonio Tombini, da sua equipe técnica, dos Presidentes das Comissões que participaram desta audiência e dos demais Parlamentares, Deputados e Deputadas, Senadores e Senadoras. Uma boa noite a todos.

A reunião está encerrada.